



30 DE JULHO DE 2018

Segunda-feira

- **CNI PROMOVE SÉRIE DE PALESTRAS ONLINE SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS**
- **CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO DE SERVIÇOS SOBE DE JUNHO PARA JULHO**
- **RECEITA DISPONIBILIZA HOJE NOVO PORTAL PARA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS**
- **LIMINARES PERMITEM QUE EMPRESAS TIREM PIS/COFINS DA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO**
- **SÓ 18% DAS STARTUPS TÊM COMO CLIENTE O CONSUMIDOR FINAL**
- **PLANO DE NEGÓCIO E ESCOLHA CORRETA DA PLATAFORMA SÃO ESSENCIAIS PARA COMEÇAR UM E-COMMERCE**
- **RISCO PODE INFLUENCIAR VALOR DE EMPRESAS**
- **TEMOS MAIS RISCO DE SURPRESAS NEGATIVAS NA ECONOMIA, AFIRMA ITAÚ UNIBANCO**
- **DÍVIDA DE EMERGENTES ATINGE RECORDE DE US\$ 5,5 TRILHÕES**
- **QUEDA GERAL NA INADIMPLÊNCIA SÓ VEM EM 2019**
- **DESEMPREGO É MAIS DURO PARA CARGOS DE CHEFIA**
- **PESQUISAS INDICAM QUE CHEFES DISPENSADOS VOLTAM PARA OS CARGOS NA CONDIÇÃO DE PJ**
- **ANALISTAS REFAZEM CONTAS E PREVEEM MENOS EMPREGOS**
- **OITO EM CADA DEZ BRASILEIROS CORTAM O ORÇAMENTO CONTRA A CRISE**
- **QUASE DOIS TERÇOS DOS BRASILEIROS RECORREM AO BICO PARA FECHAR CONTAS**
- **CONFIANÇA DOS SERVIÇOS SOBE APÓS 4 QUEDAS CONSECUTIVAS, MAS REGISTRA 2º MENOR NÍVEL DO ANO**
- **USO DA CAPACIDADE SOBE PARA 73% NA INDÚSTRIA DE MATERIAIS**
- **ARTIGO: A ALTA DAS EXPORTAÇÕES LATINO-AMERICANAS**
- **ARTIGO: REFORMA E AUMENTO DE TRIBUTOS**

- ACIDENTES DE TRABALHO NO TRÂNSITO MATAM MAIS MOTORISTAS QUE MOTOCICLISTAS NO PARANÁ
- DESEMPREGO E ECONOMIA PATINANDO: POR QUANTO TEMPO O PAÍS AINDA SENTIRÁ A CRISE
- INDICADOR DA FGV MOSTRA QUEDA DE INCERTEZA NA ECONOMIA
- CONTAS DE LUZ VÃO CONTINUAR COM BANDEIRA VERMELHA EM AGOSTO
- MERCADO MANTEM PREVISÃO DE INFLAÇÃO PARA 2018 EM 4,11% E ALTA DE 1,5% NO PIB
- MERCADO FINANCEIRO ESPERA POR MANUTENÇÃO DA SELIC
- COM MAIOR SALDO EM QUATRO ANOS, POUPANÇA VOLTA A ATRAIR O BRASILEIRO
- FRAUDE AMEAÇA POUPADOR PREJUDICADO POR PLANOS ECONÔMICOS DOS ANOS 1980 E 1990
- SANTANDER E BRADESCO SOBEM JUROS DO ROTATIVO
- DÓLAR OPERA EM QUEDA, EM DIA DE AGENDA TRANQUILA
- IGP-M SOBE 0,51% EM JULHO ANTE 1,87% EM JUNHO, REVELA FGV
- POR MAIS DIVERSIDADE, EMPRESAS IGNORAM NOME E IDADE EM CURRÍCULO
- NÚMERO DE MULTAS DE TRANSPORTE DE CARGA SOBE 29% EM 2018, MAS ARRECADAÇÃO CAI
- GUERRA COMERCIAL FAZ BMW AUMENTAR PREÇOS DE CARROS VENDIDOS NA CHINA
- FABRICAÇÃO DO A3 PODE SER SUSPensa PELA AUDI NO BRASIL
- PEUGEOT CONSOLIDA MODERNIZAÇÃO E LANÇA NOVA CAIXA AUTOMÁTICA DE 6 VELOCIDADES

CÂMBIO EM 30/07/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,721	3,722
Euro	4,360	4,361

Fonte: BACEN

CNI promove série de palestras online sobre internacionalização de empresas

30/07/2018 – CNI (publicado em 27-07-2018)

Webinars fazem parte do Rota Global e abordarão questões estratégicas para a inserção de empresas brasileiras no comércio exterior



O programa Rota Global, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), financiado com recursos da AL-Invest, da Comissão Europeia, promove a série Rota do Conhecimento: diálogos para internacionalização, uma série de palestras online (webinars) sobre temas importantes para a inserção empresarial no comércio exterior.

A primeira acontece nesta terça-feira (31/7), às 15h, e discutirá o papel da promoção de negócios no crescimento internacional de uma empresa. Até o dia 16 de agosto, outras cinco webinars falarão sobre soluções em inteligência comercial, fontes de financiamento e investimentos, empoderamento e empreendedorismo feminino, negócios por meio da plataforma European Enterprise Network (EEN) e adequação de embalagens para exportação.

Em cada ocasião, especialistas apresentarão informações sobre o assunto e responderão perguntas de internautas que acompanharem a transmissão.

Confira a programação das webinars

31/07 (15h): Promoção de negócios, alternativa para o crescimento internacional.

2/08 (15h): Soluções de Inteligência Comercial: acesso e análise de informações de mercado.

7/08 (15h): Fontes de financiamento e investimentos para o seu negócio.

8/08 (10h): Empoderamento e empreendedorismo feminino.

15/08 (10h): Vinculação empresarial e geração de negócios via EEN.

16/08 (15h): Inovação em produtos e processos: adequação de embalagens para exportação.

Participar, como em todas as ações do Rota Global, é simples e gratuito. Basta fazer a sua inscrição no site da Rede CIN. Após o cadastro, o participante receberá um e-mail com o link de acesso à ferramenta webinar.

CONHECE O ROTA? - O Rota Global é um programa inovador de internacionalização de empresas, desenvolvido pela CNI em parceria com a União Industrial Argentina (UAI) e o Parque Científico e Tecnológico de Extremadura (Fundecyt), na Espanha, com recursos da União Europeia.

Por meio dele, mais de 400 empresas receberam um diagnóstico de maturidade internacional e um plano de ação customizado para empreenderem com maior solidez no comércio exterior.

Confiança do empresário de serviços sobe de junho para julho

30/07/2018 – Agência Brasil

O Índice de Confiança de Serviços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), teve alta de 0,8 ponto em junho na comparação com julho. O crescimento veio depois de quatro quedas consecutivas.

Mesmo com a alta, o índice atingiu 87,5 pontos, segundo menor nível do ano. A confiança aumentou para empresários de 9 das 13 principais atividades pesquisadas.

O Índice da Situação Atual, que mede a confiança no momento presente, avançou 1,6 ponto, devolvendo a queda de junho, para 86,7 pontos.

Já o Índice de Expectativas, que mede a confiança nos próximos meses, manteve-se relativamente estável ao variar -0,1 ponto, para 88,6 pontos, menor nível desde dezembro de 2016 (83 pontos).

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) do setor de Serviços, que havia atingido o menor nível da série histórica em junho, recuperou 0,6 ponto percentual em julho, indo para 81,7%.

Segundo o consultor da FGV Silvio Sales, a reação da confiança do setor de serviços em julho não foi suficiente para compensar a perda verificada em junho.

No início do segundo semestre, as empresas vislumbram um cenário de recuperação ainda muito tímido, o que deve estar relacionado à frustração com o fraco desempenho corrente e à elevada incerteza associada ao processo eleitoral, de acordo com Sales.

Receita disponibiliza hoje novo portal para legalização de empresas

30/07/2018 – Agência Brasil

O novo Portal da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) está disponível a partir de hoje (30). Totalmente reformulado, o conteúdo do *site* agora se adapta aos dispositivos móveis, como *tablets* e celulares.

O objetivo, de acordo com a Receita Federal, é levar ao cidadão uma nova experiência no processo de abertura e de alteração da pessoa jurídica, com orientações em linguagem mais clara e de fácil comunicação. Isso deve trazer mais agilidade e transparência para todo o processo.

A reformulação do portal foi feita pela Receita Federal em articulação com diversos parceiros da rede nacional para a Redesim.

O portal conta com uma área exclusiva para o usuário identificado. Essa autenticação utilizará os serviços do projeto Brasil Cidadão, do Ministério do Planejamento, que faz parte da Plataforma de Cidadania Digital e que oferece a possibilidade de o usuário, por meio de acesso único, obter diversos serviços públicos disponíveis na internet.

Na área do usuário, é possível consultar o nome empresarial na base do CNPJ e outros serviços.

Liminares permitem que empresas tirem PIS/Cofins da base de cálculo do tributo

30/07/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 29-07-2018)

Argumento é que a decisão do STF que excluiu o ICMS da base do imposto deve ser ampliada

Uma série de liminares da Justiça têm permitido às empresas excluir o PIS/Cofins da base de cálculo do próprio tributo.

O argumento é que a decisão do Supremo Tribunal Federal que excluiu o ICMS (imposto sobre mercadorias e serviços) da base daquele imposto deveria ser aplicada também para o ISS (imposto sobre serviços) e para o próprio PIS/Cofins.

O Supremo entendeu no ano passado que o ICMS não faz parte da receita das empresas porque é totalmente repassado ao fisco, apesar de compor o preço final na nota fiscal.

A União responde a 1.500 ações que requerem que a tese seja aplicada a outros tributos.



Se novo entendimento passar a valer, carga tributária cairia em média um ponto percentual na alíquota mais elevada do PIS/Cofins, segundo especialista - João Wainer - 29.nov.10/Folhapress

“São teses derivadas [da do STF]. Do ponto de vista econômico, a alíquota do PIS/Cofins está embutida no preço também e, portanto, o imposto incide sobre ele mesmo”, diz Hugo Leal, sócio do escritório Cescon Barriau.

“Quando a Justiça permite, a empresa tira o porcentual do PIS/Cofins da sua receita bruta e calcula o valor a pagar sobre o restante. Isso reduz a carga em cerca de um ponto”, diz o advogado David de Andrade Silva, que obteve uma decisão do tipo.

“Termos uma série de tributos com incidência sobre os mesmos produtos está na origem dessa discussão”, diz Vanessa Rahal, da FGV. “Se eles fossem unificados, seria possível fazer como na Europa ou nos EUA, onde o imposto é calculado sobre o preço final.”

“O assunto só será definido quando for analisado de novo pelo STF. A lógica defendida pelos contribuintes faz sentido, mas ainda é preciso judicializar a questão”, diz Marco Behrnt, do Machado Meyer.

A Procuradoria-Geral da Fazenda afirma que a decisão do STF sobre o ICMS “é exceção à compreensão geral de que um tributo pode compor a base de cálculo de qualquer outro.”

O que muda no cálculo do PIS/Cofins quando as liminares são contrárias ao fisco

Como é hoje

- As empresas pagam PIS/Cofins sobre a receita bruta e há duas alíquotas, de 3,65% e 9,25%

- De uma companhia que fatura, por exemplo, R\$ 1 milhão e paga a alíquota mais elevada, a União arrecada **R\$ 92,5 mil**
- **Como ficaria**
- A companhia pode tirar os R\$ 92,5 mil do cálculo do imposto
- A alíquota seria calculada sobre o valor restante, de R\$ 907,5 mil
- Valor arrecadado pelo governo seria de **R\$ 83,94 mil**

Só 18% das startups têm como cliente o consumidor final

30/07/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 29-07-2018)

Concentração no mercado corporativo facilita sustentabilidade financeira

Apesar de o mercado de startups estar muitas vezes associado a aplicativos usados no dia a dia, mais de três quartos das empresas do segmento (75,6%) oferecem produtos e serviços principalmente para empresas tradicionais.

Na verdade, apenas 18% das novatas de tecnologia vendem diretamente para consumidores finais, aponta estudo conduzido pela consultoria Accenture em parceria com a ABStartups (Associação Brasileira de Startups). As organizações fizeram mapeamento do segmento a partir de dados de cerca de mil companhias.

A concentração das vendas das startups no segmento corporativo acontece em paralelo ao avanço de um movimento de busca por inovação e produtividade das grandes empresas a partir da aproximação com as companhias mais jovens, diz Guilherme Horn, líder de inovação da Accenture.

“Antes, quando você falava com um diretor de tecnologia de alguma empresa sobre trabalhar com startup, ele torcia o nariz. Hoje, é o contrário, todos estão procurando startups com as quais se relacionar.”

Reflexo desse movimento é o surgimento de variados programas de aceleração de startups mantidos por empresas como Porto Seguro e Natura, de espaços para trabalho patrocinados por Itaú, Bradesco e Totvs e de fundos para investir nessas companhias financiados por empresas como Microsoft e Monsanto.

Outro fator para a concentração das vendas no setor corporativo é a facilidade de fazer a empresa nova, que muitas vezes tem pouco caixa, se sustentar financeiramente logo.

É possível que, com uma ou duas empresas como clientes, uma startup consiga pagar suas contas. Já a empresa nova que busca o consumidor final pode precisar de milhares de usuários para chegar a esse patamar, o que demanda mais investimentos, afirma Horn.

Por isso, uma opção frequente é usar a grande empresa como meio para chegar aos clientes dela. Do total de startups, 34,11% vendem para empresas, tendo como objetivo usá-las como canal de distribuição para que seus produtos e serviços cheguem ao cliente final, no modelo conhecido como B2B2C (do inglês, venda de empresa para empresa e para o consumidor).

Horn também diz acreditar que o tamanho do Brasil e a heterogeneidade da população tornam caro para uma empresa obter clientes nacionalmente.

Ele exemplifica dizendo que, para uma empresa que vende produto financeiro, conquistar clientes em várias regiões exige uma abordagem diferente para cada uma, o que torna o processo mais custoso.

A pesquisa também indica qual a principal dificuldade no Brasil na opinião dos empreendedores.

O ponto apontado como ruim com mais frequência (40% dos empreendedores) foi o ambiente regulatório.

Foi mais mal avaliado do que acesso a capital (22%), apoio a empreendedores (20%), mercado consumidor (10%) e talentos (7%).

Para Horn, é natural que startups vejam problemas na regulação dos mercados.

Isso acontece, diz, pelo fato de elas terem como um dos objetivos melhorar a experiência de consumidores, criando coisas que ainda não existem e, por vezes, que entram em atrito com regras vigentes.

“Eu adoraria me cadastrar em uma instituição financeira tirando uma foto e pronto. Mas existem limites para fazer coisas do tipo.”

Plano de negócio e escolha correta da plataforma são essenciais para começar um e-commerce

30/07/2018 – G1 (publicado em 29-07-2018)

Para abrir um negócio virtual, é preciso planejamento e entender de tecnologia.

É um mito pensar que ter um negócio virtual é mais simples do que ter uma loja física. Além de todo trabalho de planejamento, o empreendedor tem que entender de tecnologia, senão ninguém navega no e-commerce.



O empresário Rodrigo Lacreta, por exemplo, tem uma farmácia que vende produtos para diabéticos. Quando resolveu montar a loja virtual, foi como visitar um país que falava uma língua que ele não entendia. Rodrigo foi à luta, contratou um consultor e estudou muito.

Rodrigo já sabia o que ia vender. Segundo o consultor Luiz Dias, definir o mercado que quer atuar é o primeiro passo para quem quer abrir um e-commerce. Depois, é preciso fazer um plano de negócio.

“Eu costumo dizer que, ao contrário do que a maioria pensa, a loja virtual não é um site que por acaso vende. É uma loja que por acaso é um site. Então, todo planejamento, toda estrutura que é realizada tem que ser pensado como negócio físico. Para chegar a ser virtual tem muito de trabalho físico e estrutural”, explica o consultor.

Depois, é preciso escolher onde a loja virtual será montada. É aí que entra a tecnologia. Na hora de abrir uma loja seja física ou virtual é preciso planejar a estrutura que ela vai ter.

No caso da loja física, é preciso questionar se um espaço pequeno é suficiente ou se será preciso um prédio todo para comportar o público e tipo de produto. No caso do site, este prédio é a estrutura, a plataforma por trás do site.

A plataforma é um sistema que vai permitir abrir a loja na tela do computador. O empresário paga um preço mensal ou anual - o valor depende do faturamento. Para iniciantes, há opção de plataformas gratuitas.

Além da plataforma, é preciso escolher outros parceiros de tecnologia. Um deles é o ERP - sistema integrado de gestão empresarial - um software que integra vários processos, como vendas, finanças, contabilidade, estoque, compras, produção e logística. A taxa por uso também é cobrada por mês ou por ano. Com isso, o ecommerce está pronto para abrir as portas.

Em uma rua de comércio sempre vai ter alguém passando na frente da loja que vai se interessar pela vitrine e entrar. Na virtual, é preciso pegar o cliente na mão para fazer ele entrar no site. Aí é preciso investir. É nessa fase que se começa a entender expressões como volume de tráfego: o número de pessoas que entra no ecommerce.

“Não tem como não trabalhar com as redes sociais, parcerias com blogueiro. Vou em feiras específicas, tem trabalho offline, tenho representante da loja que divulga o site. Tem o blog que alimenta o site, com informações e conteúdo”, conta Rodrigo.

Mas nem todo mundo que entra, compra. Aí o empresário vai entender o que é conversão de visitas, o número de pessoas que concretiza a compra. “Conversão oscila entre 0,8% a 1,5%. A cada 100 visitantes, tenho de 0,8% a 1,5% de pedidos”, explica o consultor.

Segredo para vender mais

Para estimular o consumidor a comprar, é preciso ter preço competitivo, frete justo e um site com bom layout. O consultor Luiz Dias dá uma dica: “O prazo de entrega é um fator decisivo para conversão. Uma loja que tenha um prazo de entrega de quatro dias, contra uma que tenha de dois dias, a de dois dias vai converter muito mais”.

Por último, tem que escolher como vai ser o pagamento: como o cliente vai pagar e como a empresa vai receber. A taxa é cobrada em cima do valor da venda.

Com o tempo, o empresário vai aprendendo e aperfeiçoando muito o negócio e logo começa a conectar a meta com o plano de ação. “Tem que ter grana para investir, mas não é só o dinheiro. Tem que ter tempo e vontade para trabalhar”, diz Rodrigo.

Risco pode influenciar valor de empresas

30/07/2018 – Tribuna PR (publicado em 29-07-2018)

O risco gerado pela indefinição política – ou, posteriormente, por um governo pouco comprometido com uma agenda econômica de reformas estruturais – poderá levar a uma mudança na forma como o investidor estrangeiro enxerga o Brasil, e o quanto está disposto a pagar para administrar um serviço público ou adquirir uma empresa por aqui.

“A variável de incerteza (político-econômica) é um dos principais fatores na definição de preços de ativos”, diz o advogado Fernando Alves Meira, líder da área empresarial do escritório de advocacia Pinheiro Neto.

Por enquanto, os indicadores mostram que o “susto” dos estrangeiros com o Brasil está mais no capital especulativo do que nos investimentos de longo prazo. Na Bolsa paulista, a B3, deve ocorrer este ano a primeira fuga de capital estrangeiro desde 2011. Até meados de julho, mais de R\$ 9 bilhões de dinheiro externo tinham sido retirados do mercado nacional. No setor produtivo, houve uma desaceleração mais contida.

A expectativa para o investimento estrangeiro direto no País, segundo o Banco Central, é atualmente de US\$ 70 bilhões, estabilidade em relação a 2017. Em janeiro, a projeção era de US\$ 80 bilhões.

Embora esteja no time dos que acreditam que o receio com a eleição não está deixando empresários apavorados nem interrompendo bruscamente processos de fusão ou

aquisição já em andamento, Meira ressalta que, muitas vezes, as crises podem criar oportunidades que não estariam disponíveis em um cenário mais tranquilo. Isso vale tanto para a disponibilidade de determinados ativos quanto para o preço cobrado por eles.

Nos últimos anos, acordos “de oportunidade” surgiram no meio empresarial brasileiro.

O Grupo J&F, que precisava se capitalizar para pagar um acordo de leniência, cancelado posteriormente, vendeu diversos ativos no ano passado. Um deles – a fabricante de celulose Eldorado – acabou sendo uma oportunidade para o grupo sino-indonésio Paper Excellence, que investiu R\$ 15 bilhões no ativo, ganhar relevância no Brasil.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado à Braskem, apesar de ser considerada a “joia da coroa” da Odebrecht, que foi colocada à venda por sua controladora. Envolvida na Operação Lava Jato, com problemas em suas outras divisões e pressionada por vencimentos em seus débitos bancários, o Grupo Odebrecht negocia, atualmente, um acordo bilionário com a holandesa LyondellBasell.

Alívio

O advogado Carlos Mello, do escritório Souza, Mello e Torres, diz acreditar que, independentemente do resultado da eleição, o volume de negócios voltará a crescer. Ou seja: alguma definição é melhor do que a situação atual. “O investidor estrangeiro que está aqui e conhece o País vai buscar oportunidades”, diz. Ele ressalva que, dependendo do resultado das urnas, poderá ser mais ou menos difícil para o Brasil atrair capital que ainda não esteja por aqui.

“A verdade é que nenhum dos candidatos empolga. Não existe paixão (do setor produtivo) por qualquer um dos presidenciáveis.”

No entanto, Álvaro Bandeira, economista do banco Modal, acredita que o resultado da eleição pode ser pior do que a indefinição atual. Segundo ele, não só a intenção do vencedor em fazer as reformas estruturais e resolver a situação das contas do governo, mas sua capacidade política de levar as mudanças adiante influenciará na economia em 2019.

“Para este ano, a situação já está mais ou menos definida: o crescimento será fraco de qualquer maneira”, diz. O problema, segundo ele, está em 2019: com um cenário internacional também difícil, guerra comercial e alta de juros nos Estados Unidos, dependendo do caminho político que o País escolher, há risco até de recessão.

Temos mais risco de surpresas negativas na economia, afirma Itaú Unibanco

30/07/2018 – PEGN (publicado em 29-07-2018)

A corrida presidencial pode ter impacto direto no avanço do país e dos negócios em vários setores, diz o economista-chefe do banco



Mário Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco (Foto: Estadão Conteúdo)

Economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita prevê um cenário de mais volatilidade até a eleição. Embora a instituição já tenha revisado, neste mês, sua previsão para o PIB para 1,3%, Mesquita diz que novas surpresas negativas não

podem ser descartadas até o fim do ano. Segundo ele, mais choques no câmbio e na Bolsa podem ter impacto direto no avanço da economia brasileira. A seguir, os principais trechos da entrevista.

As perspectivas econômicas se deterioraram desde o início do ano. A eleição pode agravar o quadro?

A eleição é parte de um contexto de incerteza mais intensa, que passa pela agenda de reformas, pela economia mundial e pela ameaça de guerra comercial.

Nos EUA, por exemplo, os riscos tanto de superaquecimento quanto de recessão parecem ter aumentado. Essa incerteza ocasionou um aperto das condições financeiras - ou seja, a queda da Bolsa, alta do dólar e das taxas de juros de mercado. E esse aperto atua para frear a recuperação da economia.

O Itaú já revisou as estimativas para o ano?

Acabamos de rever a previsão de crescimento para 1,3%. Em parte, essa revisão foi ocasionada pelo aperto das condições financeiras. Caso isso se deteriore ainda mais, a gente pode ter de rever para baixo (novamente).

Houve certa melhora em apenas um aspecto, que é a relativa estabilização do câmbio desde o fim de junho, sem intervenção adicional do Banco Central. Isso está relacionado sobretudo ao fato de que o BC americano tem indicado que a chance de aceleração das altas de juros nos EUA diminui.

Ou seja: não há calmaria no horizonte.

Se você me perguntar se, dentro desse cenário de crescimento de 1,3%, tem mais risco de termos surpresas positivas ou negativas, por ora, é ainda mais negativo do que positivo.

No fim do ano passado, as previsões para a economia chegavam a 3%. O Itaú trabalhava com que número?

Era na faixa de 3%. E aí a gente teve uma decepção com a atividade já na virada do ano. O consumo começou a mostrar certo enfraquecimento, e o investimento não ocupou o espaço.

O cenário político atual é muito turvo. Dependendo da definição que ocorra, a situação pode piorar?

Em termos de comportamento do mercado, em geral, a volatilidade historicamente tem sido maior até o primeiro turno. Depois, ela diminui. Normalmente, após o candidato ganhar a eleição, muda a retórica. De competitiva passa a priorizar a governabilidade até a posse. Em geral, o mercado se acalma depois do frisson eleitoral.

Mas, dependendo do candidato, a retórica da solução econômica não muda muito?

O problema econômico é o mesmo. É preciso consolidar a recuperação da economia, o que passa por restaurar a confiança e pelo problema fiscal seriíssimo. A maioria dos candidatos tem registrado corretamente a importância do problema fiscal.

É claro que isso não quer dizer que a eleição é irrelevante, pois precisamos entender como o novo presidente vai resolver o problema, especialmente o da Previdência, e como vai angariar capacidade de articulação no Congresso.

O ano de 2019 é chave para o País?

A agenda legislativa de 2019 é a mais importante dos próximos quatro anos. Capital político é igual carro novo saindo da revenda: a partir do primeiro dia, o valor dele começa a cair. O futuro governante terá de ser muito ágil e priorizar bem.

Dívida de emergentes atinge recorde de US\$ 5,5 trilhões

30/07/2018 – Tribuna PR

O Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos 500 maiores bancos do mundo, com sede em Washington, alertou que a relativa calma no mercado financeiro mundial dos últimos dias pode não durar – os emergentes permanecem vulneráveis à nova valorização do dólar e a mudanças repentinas do apetite por risco dos investidores globais. A dívida em moeda estrangeira destes mercados atingiu no primeiro trimestre o nível recorde de US\$ 5,5 trilhões, de acordo com relatório divulgado neste domingo, 29.

O mercado financeiro mundial ficou menos volátil nos últimos dias, após as conversas de Washington com a União Europeia para um acordo comercial, mas o quadro de elevada incerteza deve persistir no cenário e uma nova escalada da tensão entre os parceiros no comércio dos Estados Unidos não está descartada, avalia o IIF.

Indicadores têm sinalizado queda nos volumes de comércio entre países e o documento nota que os mercados emergentes têm sido particularmente afetados, mais do que os países desenvolvidos. “Isso evidencia a vulnerabilidade dos emergentes à escalada adicional da tensão comercial”, observa o IIF, ressaltando que a queda dos volumes de comércio tem sido mais acentuada nos mercados da Ásia, da África e do Oriente Médio.

Balanços

Mesmo que a tensão comercial fique centrada entre a China e os EUA, o IIF nota que há risco para o crescimento econômico mundial, pois os dois países são grandes compradores de produtos de mercados emergentes. Outro risco é afetar os balanços das empresas, com consequências para o desempenho dos papéis nas bolsas de valores, mostra o relatório.

A análise do desempenho recente dos índices de ações evidencia que os papéis de empresas que dependem mais dos ciclos econômicos já estão sofrendo mais que outras ações, diz o IIF. “Enquanto a atividade econômica parece estar desacelerando em muitos países, a expansão mundial está se tornando crescentemente menos sincronizada.”

O aumento dos custos dos empréstimos nos EUA segue colocando pressão nos emergentes e está afetando alguns mercados mais que outros, segundo o IIF. A Turquia e a Argentina, que têm elevado déficit em transação corrente e, portanto, dependem mais de recursos externos para se financiar, foram uns dos mais afetados pela recente onda de aversão ao risco.

Queda geral na inadimplência só vem em 2019

30/07/2018 – DCI

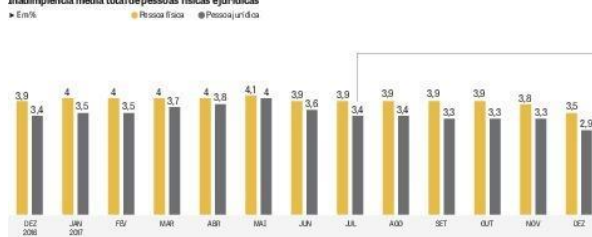
A troca de dívidas caras por baratas e a opção de quitar compromissos bancários ainda refletem em altos índices de calotes nos indicadores que contabilizam instituições não financeiras

Apesar da redução dos calotes bancários, a melhora da inadimplência geral de pessoas jurídicas – contando instituições não financeiras – só será sentida no início de 2019. A prioridade das empresas, até o final deste ano, é quitar dívidas mais caras.

Os dados mais recentes, divulgados na sexta-feira pelo Banco Central (BC), porém, são positivos. Enquanto os calotes de pessoas físicas mostraram um recuo de 0,4 ponto percentual (p.p.) em junho deste ano, frente a igual período de 2017 (de 3,9% para 3,5%), a inadimplência das companhias caiu 1 p.p. (de 3,6% para 2,6%).

PAGAMENTO EM DIA

Inadimplência média total de pessoas físicas e jurídicas



“O caixa das empresas se recupera lentamente e o movimento se estende para as modalidades de aquisição de bens, o que significa melhores garantias reais e prazos de empréstimos mais longos”, explica o professor da Saint Paul Escola de Negócios, Mauricio Godoi.

“Isso já mostra um reforço no fluxo de dinheiro das companhias, principalmente em quitar débitos bancários. O impacto na inadimplência geral, no entanto, só deve ser sentido no começo de 2019”, afirma.

Além de os calotes de pessoas jurídicas recuarem 3 p.p. em junho na comparação com igual mês de 2017, de 17,9% para 14,9%, por exemplo, a inadimplência para aquisição de veículos caiu 2 p.p. (de 3,8% para 1,8%), seguida da linha para aquisição de bens, de 3,2% para 1,6% (-1,6 p.p.).

Já do lado das concessões, o professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Walter Franco, pondera que é importante observar que, mesmo com a atividade econômica aquém do esperado, “os financiamentos continuam se expandindo”.

“Isso é benéfico para o País. Ainda há um conservadorismo de ambas as partes, mas o cenário é positivo, principalmente, em um mês que ainda sente os reflexos da greve dos caminhoneiros”, destaca Franco.

“Mas ainda precisamos ver que os juros no País ainda são altos e os custos de crédito, também”, complementa.

Os empréstimos corporativos de junho ficaram em R\$ 143,7 bilhões, um aumento de 5,8% em relação ao mesmo período do ano passado, quando estava em R\$ 135,8 bilhões.

Para pessoas físicas, a alta foi de 4,6%, de R\$ 161,2 bilhões para R\$ 168,7 bilhões. Já na média de juros, as taxas para pessoas jurídicas mostraram queda de 3,3 p.p., de 18,8% ao ano (a.a.) para 15,5% a.a.. Para consumidores, o recuo foi de 5,4 p.p., de 36,4% a.a. para 31% a.a..

“O mercado, de certa forma, tem feito uma troca de operações mais caras para mais baratas, principalmente porque ainda não estamos em um período de grandes melhoras e retornos”, avalia o especialista de crédito e sócio diretor da GoOn, Eduardo Tambellini.

Ele destaca que o momento é de espera ante os cenários político e econômico ainda incertos. “É somente a partir de um direcionamento que os indicadores começarão a refletir a melhora de forma mais significativa”, acrescenta.

Alto endividamento

A escolha por quitar dívidas mais caras – como as bancárias – é corroborada também pelos dados dos birôs de crédito. De acordo com as últimas informações do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), a inadimplência das empresas registrou a maior alta

em 21 meses, crescendo 9,41% no mês passado em relação ao mesmo intervalo de 2017.

“Esse endividamento elevado das empresas já vem de muito tempo e o cenário continua difícil”, analisa o superintendente de finanças do birô de crédito, Flávio Borges.

“Além disso, a interpretação de que as empresas priorizam dívidas caras e acabam não pagando o fornecedor menor, que tem menos poder de barganha e estratégia de negócio, é bastante verdadeira”, diz Borges, complementando que isso também explica a discrepância de dados dos birôs com o BC.

O sinal também é visto do lado das pessoas físicas. Segundo dados da Serasa Experian, o nível de inadimplência do consumidor bateu recorde em junho, atingindo 61,8 milhões de brasileiros.

“Esse é um momento de cautela tanto no consumo como nos investimentos”, admite o assessor econômico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Guilherme Dietze.

“O processo eleitoral será crucial, mas o primeiro passo ainda é a recuperação do emprego para a retomada da oferta e da tomada de crédito. A redução da inadimplência vem apenas em um segundo momento, com melhor confiança e sem o pé no freio que temos hoje”, conclui o especialista.

Desemprego é mais duro para cargos de chefia

30/07/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 29-07-2018)

Empresas voltam a contratar na base da pirâmide, mas ainda cortam vagas de diretores e gerentes

A volta do emprego formal neste ano tem sido não apenas lenta mas desigual.

Apesar das quase 400 mil vagas com carteira assinada criadas em 2018, segundo dados brutos do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), há categorias que ainda são alvo de cortes significativos. O destaque são os cargos de chefia.

Diretores, gerentes e supervisores —a linha de frente na cadeia de comando— continuam sendo demitidos mesmo após superado o período econômico mais crítico. No primeiro semestre deste ano, foram fechados quase 80 mil postos de chefia, após 90 mil vagas eliminadas em igual período do ano passado.

Segundo especialistas, em um cenário de retomada muito gradual da economia, em que o faturamento das companhias ainda não se recuperou, empregadores buscam enxugar os custos se valendo de algumas estratégias.

Há empresas que optaram por ampliar as obrigações de quem já está em cargo de chefia, fazendo com que passe a coordenar a gerência de múltiplas áreas.

Outras colocaram mais empregados sob o comando de um mesmo gestor.

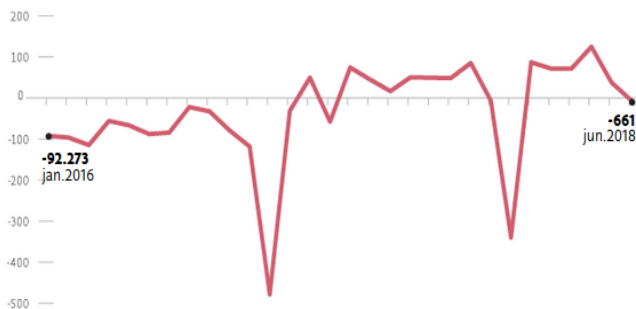
Ainda há aquelas que delegaram tarefas de gerência a empregados que, antes, ocupavam posições subalternas.

A reengenharia que busca cortar custo, porém, tem seus riscos. Renato Villalba, gerente sênior da Michael Page, consultoria especializada no recrutamento de gerentes e diretores, diz que muitos empregadores pagaram um preço alto pela chamada juniorização dos cargos de chefia.

Brasil perde cargos de chefia, na contramão da geração de vagas no ano

Apesar do recuo na geração de emprego em junho, o Brasil gerou 392,5 mil vagas formais* no ano

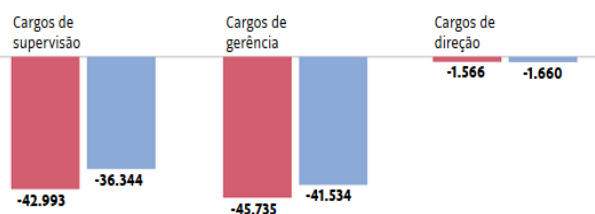
Saldo de vagas por mês



A geração de vagas no ano, porém, exclui os postos de chefia, que estão sendo fechados, repetindo a situação de 2017**

1.sem.17 1.sem.18

Vagas fechadas



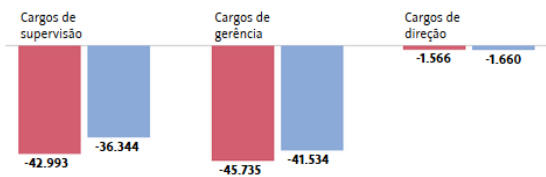
de R\$ 4.507 a R\$ 21.792

foi a média de salário dos cargos de direção fechados, dependendo do cargo. O maior valor era de diretores de pesquisa e desenvolvimento, ocupação que teve 42 vagas cortadas no primeiro semestre

chefia, que estão sendo fechados, repetindo a situação de 2017**

1.sem.17 1.sem.18

Vagas fechadas

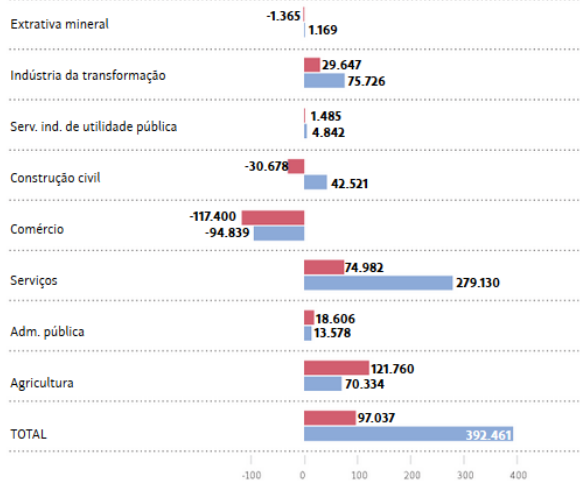


de R\$ 4.507 a R\$ 21.792

foi a média de salário dos cargos de direção fechados, dependendo do cargo. O maior valor era de diretores de pesquisa e desenvolvimento, ocupação que teve 42 vagas cortadas no primeiro semestre

Criação de vagas por setor

1.sem.17 1.sem.18



*Considerando dados com ajustados. Sem ajuste, ou seja, sem considerar declarações fora do prazo, o saldo é de 344 mil vagas. **Dados sem ajuste, disponíveis nos microdados do Caged Fonte: Caged

“Pessoas mais jovens, muitas vezes, não têm experiência para enfrentar turbulências do momento”, diz Villalba.

Outras empresas mantiveram os empregados seniores, mas lhes deram mais responsabilidades do que talvez possam assumir, o que também é arriscado, diz o consultor.

Especialistas que acompanham o mercado de trabalho, no entanto, atribuem esses cortes não só a estratégias pontuais para lidar com cenários de crise, mas também a uma mudança que pode ser estrutural.

Para além do fator econômico, está em curso uma tendência de diminuir os níveis hierárquicos, diz Wilma Dal Col, diretora do Right Management, que pertence à agência de empregos americana ManpowerGroup.

“Talvez as empresas estejam buscando mais profissionais com competências e habilidades naquilo que elas precisam, e menos líderes ou gestores para cuidar das pessoas, um perfil que nós tínhamos mais recorrente no passado”, diz Dal Col.

Entre 2014 e 2017, quase 3 milhões de vagas com carteira sumiram do mercado de trabalho como consequência dos efeitos da recessão sobre a saúde das companhias — e o topo da hierarquia das empresas não ficou fora dessa dinâmica.

“Essa queda de vagas para gerentes e diretores tem a ver com o contexto geral, que é o de queda do emprego formal, mas pode não ser só isso”, diz Miguel Foguel, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Mais recentemente, o descolamento da trajetória dos cargos de chefia e do restante dos empregados pode ser um indício de que as empresas estão fazendo mudanças mais profundas na estrutura de pessoal, avalia Foguel.

O fenômeno da pejetização (o empregado que se torna pessoa jurídica), dizem especialistas, também pode estar por trás da tendência de eliminação de vagas de gerentes e diretores.

Nessa equação, ganhariam empregadores, com a redução dos custos trabalhistas atrelados a uma vaga formal, ao passo que empregados conseguiriam manter ganhos maiores em tempos difíceis e recolher menos impostos do que um celetista, mas teriam reduzidas suas garantias trabalhistas.

Outro aspecto que pesa no movimento de fechamento de ocupações de gestão, diz Foguel, é que as empresas podem estar em busca de novas ideias, em um cenário no qual as pessoas com cargos mais altos não conseguem encontrá-las em uma situação difícil.

Em busca de melhores resultados, as companhias estão dispensando altos executivos que tiveram perda de desempenho nos últimos anos e indo atrás de outros que tragam mais produtividade, diz Rodrigo Forte, sócio-diretor da Exec, consultoria que realiza contratações apenas para os postos no topo da pirâmide.

Esses salários são superiores a R\$ 30 mil por mês. Nesse nível hierárquico, que inclui vice-presidentes, presidentes e conselheiros, diz Forte, a demanda por recrutamento começa a reagir.

O grupo que concentra chefias ceifadas não inclui, porém, apenas os mais qualificados e bem pagos, mas aqueles com mais responsabilidades —em particular, os profissionais de áreas que devem prever riscos e evitar perdas.

Segundo os dados do Caged, a média dos salários dos diversos cargos de direção fechados ao longo do ano foi de R\$ 4.500 a R\$ 21.800, dependendo da ocupação.

O maior salário pertencia a diretores de pesquisa e desenvolvimento, cargo que sofreu 42 cortes no primeiro semestre de 2018. Entre as maiores perdas, os gerentes administrativos, financeiros e de risco se destacaram. A categoria incorporou 30 mil novas vagas nos seis primeiros meses do ano, mas fechou quase 42 mil postos.

Já os gerentes de operação comercial somam 24 mil novas vagas, mas perderam mais de 34 mil.

Cresce pessimismo com recuperação do mercado de trabalho

Consultorias e agências de emprego começam a registrar certa reação do mercado para cargos de chefia, mas em um ritmo ainda bastante tímido, que desautoriza expectativas mais otimistas para o mercado de trabalho como um todo.

Fabrizio Kuriki, gerente da Catho, observa admissões para cargos estratégicos no setor de serviços. “No nível gerencial, o número de admissões entre o primeiro semestre de 2017 e o de 2018 cresceu 13% enquanto os outros setores ficaram em torno de 2%”, diz.

De modo geral, no entanto, as perspectivas para o mercado de trabalho pioraram, influenciadas pelo desempenho decepcionante em junho do Caged (que mede o mercado formal), além dos 13 milhões de desempregados formais e informais apontados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No mercado de trabalho formal, a economia brasileira perdeu 661 postos em junho. Na

média, no entanto, junho costuma registrar a criação de 93,8 mil vagas desde o início da série, iniciada em 1992, segundo o Banco Fibra.

Em relatório, o Itaú Unibanco apontou que, no mês passado, a desagregação por setor mostrou ganhos de vagas em serviços, enquanto os demais segmentos registraram quedas, com destaque para os setores de manufatura e varejo.

Mais à frente, afirma a equipe, o mercado de trabalho pode continuar sendo negativamente influenciado por condições financeiras mais restritivas e algum impacto da paralisação dos caminhoneiros.

Para a MCM Consultores, após adquirir certa velocidade no ritmo de contratação no último trimestre de 2017, a geração de vagas formais de emprego já vinha em desaceleração desde o mês de fevereiro, em linha com outros indicadores da atividade econômica.

A retomada da geração de vagas no segundo semestre, diz a MCM, dependerá da recuperação dos níveis de confiança dos agentes e da redução do quadro de incerteza, principalmente no que se refere ao cenário eleitoral.

Miguel Foguel, do Ipea, afirma que o cenário de desaceleração no mercado de trabalho não muda muito até que um novo presidente seja eleito.

Diante da piora do cenário em junho, a LCA Consultores revisou pela metade a expectativa de criação de vagas formais em 2018, de 500 mil para 250 mil —uma gota no oceano de quase 3 milhões de postos com carteira perdidos durante a crise.

Pesquisas indicam que chefes dispensados voltam para os cargos na condição de PJ

30/07/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 29-07-2018)

As projeções para a evolução do mercado de trabalho em 2018 passaram por consecutivas revisões negativas nos primeiros meses deste ano. Na virada 2017 para 2018, a expectativa consensual era de criação líquida superior a 1 milhão de postos com carteira assinada.

Com a incorporação dos últimos dados observados, hoje tal expectativa não chega a 300 mil vagas celetistas.

É sabido que o mercado de trabalho responde com defasagem à evolução da atividade econômica.

Dessa forma, tais frustrações —e principalmente, as revisões de projeções— são coerentes com vários resultados decepcionantes dos indicadores de atividade dos setores industrial, comercial e de serviços.

Adicionalmente, pesam as incertezas quanto à indefinição do quadro político eleitoral para o pleito presidencial de outubro e como isso afetará a saúde financeira das empresas no futuro.

Há, no entanto, um fato curioso nos dados de criação líquida de postos de trabalho celetistas até o momento.

Entre janeiro e junho houve fechamento líquido de 43,2 mil postos de gestores, concomitante à criação de 73,3 mil postos das demais categorias, já descontadas as conhecidas influências sazonais.

O ajuste exclui as flutuações que refletem as particularidades de cada mês —como a alta das vendas no Natal ou a queda da produção no Carnaval— e permite a comparação entre períodos.

Ainda que os dados não nos permitam dizer com certeza a causa desse fenômeno, é razoável levantar ao menos hipóteses relacionadas a um contexto em que a maior parte das empresas ainda encontra restritivas condições de geração de receita e, conseqüentemente, de contratação.

A primeira dessas hipóteses é que houve mudança no perfil da atividade de gestão. As empresas agora tenderiam a alocar mais subordinados sob um mesmo gestor, da mesma forma que algumas das funções que antes eram atribuídas a cargos ocupados por gestores agora passaram a ser exercidas por subordinados.

Muitos deles já ocuparam um cargo de chefia no passado, mas não conseguiram igual recolocação. A segunda hipótese, e talvez mais importante, é que as restrições tornam mais atrativa a modalidade de contratação sob regime de pessoa jurídica.

Isso encontra respaldo nos últimos dados de ocupação informal, da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgada pela IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A pesquisa mostra crescimento de 5% do número de gestores trabalhando no setor privado, sem carteira de trabalho assinada, no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2017. Tal resultado dá forte indício de que tal movimento (de pejetização) esteja de fato ocorrendo.

Por parte dos interesses da empresa, isso ocorre pela menor quantidade de encargos.

Já os contratados, sabendo que a remuneração não é mais tão atrativa como já foi em períodos pré-crise, veem vantagem diante da menor quantidade de descontos em folha, a fim de manter uma proporção maior da renda que possuía anteriormente.

Tudo isso considerando que, em média, o salário de contratação de um gestor é pelo menos três vezes superior ao de um subordinado. Em suma, os dados nos mostram que, ao menos em termos absolutos, a crise foi, e continua ruim, para as condições de trabalho de todos.

Analistas refazem contas e preveem menos empregos

30/07/2018 – PEGN

Início do ano mais fraco do que se esperava e greve dos caminhoneiros atrapalharam retomada da economia brasileira.

Criação de vagas com carteira assinada menor do que se projetava inicialmente e piora na composição do mercado de trabalho, com mais informais e menos formais. Esse é o cenário que economistas passaram a projetar para 2018 após a greve dos caminhoneiros e um início de ano mais fraco do que se esperava.



A Tendências Consultoria começou 2018 estimando a criação de 800 mil vagas até dezembro, número que foi reduzido para 350 mil. "Já estávamos vendo o mercado de

trabalho perder força com as incertezas domésticas e internacionais. A greve acentuou a perda de dinamismo", afirma Thiago Xavier, economista da consultoria.

A projeção inicial do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, era de 600 mil novos postos neste ano. O número caiu para 460 mil. "Os resultados de criação de emprego, principalmente no segundo trimestre, vieram bem mais fracos do que o esperado. E o principal motivo é a greve", diz o consultor do Ibre Tiago Barreira.

Para o economista Cosmo Donato, da LCA Consultores, além da deterioração nas estimativas de geração de emprego, a composição do mercado de trabalho também piorou. "Esperávamos uma composição mais positiva e achávamos que quem tinha entrado no mercado informal tinha chance de se formalizar."

No acumulado do ano até maio, porém, enquanto houve uma queda de 1,6% nas vagas com carteira assinada do setor privado, o número de trabalhadores sem carteira avançou 5,6%.

A arquiteta Aline Fidalgo, de 38 anos, é um dos milhares de trabalhadores brasileiros que tentam deixar o mercado informal.

"Quero ter direitos como trabalhadora, décimo terceiro salário, férias e uma renda fixa que entra todo mês", diz. Desde 2013, por opção, a arquiteta deixou seu trabalho na área de orçamento e gerenciamento de obras para ser professora particular de inglês.

Em 2015 e 2016, com a recessão, o número de alunos caiu e, há oito meses, ela começou a procurar vagas formais no segmento em que atuava anteriormente.

"Tenho uma experiência de oito anos com orçamento de contratos de empreiteiras, supervisão de planejamento e cronograma de obra, mas, nessa área, quase não há mais vagas e, quando há, exigem muitos certificados e cursos que eu não precisava ter antes, quando trabalhava na área."

Oito em cada dez brasileiros cortam o orçamento contra a crise

30/07/2018 – R7 (publicado em 28-07-2018)

Famílias economizam com refeições fora de casa, consumo de artigos de vestuário e evitam carnes nobres, congelados, bebidas e iogurtes



Além de buscar fontes alternativas de renda fazendo bicos, oito em cada dez brasileiros realizaram cortes no orçamento no primeiro semestre deste ano para driblar a crise, revela um estudo do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

As maiores reduções de gastos ocorreram nas refeições fora de casa, no consumo de artigos de vestuário, de itens que não são de primeira necessidade nos supermercados, como carnes nobres, congelados, bebidas e iogurtes, e gastos com lazer.

A economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, ressalta que ajuste do orçamento doméstico foi além do corte de gastos e da busca de receitas.

Entre o primeiro semestre de 2017 e o mesmo período deste ano, aumentou a parcela de brasileiros que precisou vender algum bem para conseguir dinheiro.

Mesmo assim, cresceu a fatia dos que ficaram inadimplentes. Segundo a Serasa Experian, birô de análise de crédito, havia em junho 61,8 milhões de consumidores inadimplentes no País.

Buscar bicos e cortar gastos, esses dois movimentos juntos mostram que o quadro para as finanças pessoais piorou neste ano. Marcela lembra que a taxa básica de juros está no menor nível da história, mas ela não recuou para o consumidor na mesma proporção. A inflação também está bem comportada. No entanto, as pessoas reclamam dos preços, pois tiveram queda na renda em razão do desemprego elevado que persiste.

“O desemprego elevado leva as pessoas a procurarem mais bicos”, diz Marcela. E como essa renda é incerta e menor do que a formal a inadimplência cresce, explica. A economista ressalta que tudo é consequência da economia fraca.

Produtividade

O avanço da informalidade como fonte renda é uma saída para as pessoas pagarem as contas, mas compromete a retomada sustentável da economia a médio prazo, alerta a economista.

“A informalidade reduz a produtividade.” As pessoas com renda informal, geralmente menor do que a formal, não se sentem confiantes para consumir itens de maior valor, normalmente financiados. Também diante do recuo do consumo, empresários adiam investimentos e contratações.

Quase dois terços dos brasileiros recorrem ao bico para fechar contas

30/07/2018 – Tribuna PR (publicado em 28-07-2018)

A maioria dos brasileiros recorreu a trabalhos informais no primeiro semestre deste ano para conseguir sobreviver por causa da lenta retomada da economia e do emprego formal. Entre janeiro e junho, 64,4% dos trabalhadores fizeram bicos para equilibrar as suas finanças.

É uma fatia bem maior do que a registrada no mesmo período do 2017, quando 57,4% foram atrás de trabalhos extras, aponta um estudo do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas.

Fazer bico para fechar as contas do mês ganhou importância especialmente entre as classes de menor renda.

Neste caso, a pesquisa revela que 70% da população mais pobre foi em busca de trabalhos informais e eventuais para bancar o orçamento doméstico. “O bico é mais frequente nas classes de menor renda porque essas famílias não têm margem de manobra e já vivem no aperto”, diz a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

Se alguém da casa fica desempregado, essa perda de renda afeta os demais membros da família que não têm como ajustar o padrão de vida para baixo, pois estão no limite. Por isso, recorrem a bicos.

O avanço da participação da renda informal dentro do orçamento doméstico já vem ocorrendo há algum tempo. Uma pesquisa da consultoria Kantar Worldpanel, que visita semanalmente 11,3 mil domicílios no País para tirar uma fotografia do consumo, mostra que entre 2014, antes da crise, e 2017 a fatia da renda informal na receita total das famílias saiu de 15,3% para 16,6%. Nas classes de menor renda, a

participação dos bicos na renda total foi bem maior: subiu de 20% para 24% no mesmo período.

“A fatia do salário na renda doméstica diminuiu ao longo da crise por causa do desemprego elevado e as pessoas da casa buscaram alternativas, como os bicos, para completar a renda”, diz a diretora da consultoria, Maria Andréa Ferreira Murat.

A dificuldade de retomada do emprego aparece em dois indicadores. No trimestre encerrado em maio, havia 13,2 milhões de desempregados no País, de acordo com o IBGE. É um número praticamente estável em relação ao trimestre anterior.

Para Marcela, o aumento da dependência do bico é sintoma de que a população não está sentindo a ligeira melhora da economia. Tecnicamente o País saiu da recessão em 2017. A pesquisa mostra que 77% dos entrevistados não veem melhora na economia. E a metade diz que as condições pioraram.

A pesquisa foi realizada na última semana de junho. Ouviu 886 pessoas residentes em todas as capitais brasileiras, com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos e de todas as classes sociais. A margem de erro é de 3,3 Pontos percentuais para um intervalo de confiança de 95%.

Confiança dos serviços sobe após 4 quedas consecutivas, mas registra 2º menor nível do ano

30/07/2018 – G1

Segundo consultor da FGV IBRE, a reação da confiança do setor de serviços em julho não foi suficiente para compensar a perda de junho.



O índice que mede a confiança do setor de serviços subiu 0,8 ponto em julho, após quatro quedas consecutivas. Com o resultado, o índice atingiu 87,5 pontos, segundo menor nível do ano.

Segundo Silvio Sales, consultor da FGV IBRE, a reação da confiança do setor de serviços em julho não foi suficiente para compensar a perda de junho.

“Se na leitura das empresas sobre a situação corrente houve uma recuperação, a percepção sobre os próximos meses manteve a trajetória negativa. Assim, o início do segundo semestre mostra que as empresas vislumbram um cenário de recuperação ainda muito tímida, o que deve estar relacionado à frustração com o fraco desempenho corrente e à elevada incerteza associada ao processo eleitoral”, analisa.

Houve alta da confiança em 9 das 13 principais atividades pesquisadas. O Índice da Situação Atual avançou 1,6 ponto, devolvendo a queda de junho, para 86,7 pontos. A maior contribuição veio do indicador que avalia a situação atual dos negócios, que avançou 2,7 pontos, para 88,1 pontos, recuperando as perdas de maio e junho.

Já o Índice de Expectativas variou 0,1 ponto, para 88,6 pontos, menor nível desde dezembro de 2016 (83,0 pontos). O indicador que mede a demanda para os próximos três meses foi o único a contribuir para a queda, ao recuar 2,6 pontos, para 87,9 pontos, o menor nível desde setembro de 2017 (87,3).

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada, que havia atingido o menor nível da série histórica em junho, recuperou 0,6 ponto percentual em julho, para 81,7%.

Greve dos caminhoneiros

Segundo a FGV, nos últimos dois meses, o declínio da confiança do setor de serviços vinha refletindo não só a deterioração da percepção das empresas sobre a situação corrente, mas sobretudo o movimento de calibragem das expectativas.

Entretanto, a situação atual influenciou positivamente o índice em julho. Mas esse indicador simplesmente devolveu a queda observada em junho, fortemente influenciada pela greve dos caminhoneiros que durou 11 dias. Pelo lado das expectativas, observa-se a quinta queda consecutiva do indicador.

Em julho, o indicador de demanda para os próximos três meses reforça os sinais de uma demanda bem fraca, já presente nas avaliações sobre a situação corrente.

"A estagnação do mercado de trabalho e a maior cautela das famílias e empresas nas suas decisões de consumo e investimento travam o ritmo da retomada econômica, e são especialmente importantes para o setor de serviços, que depende basicamente da demanda doméstica", informa a FGV.

Cautela

As empresas sinalizam cautela em relação às expectativas de recuperação do setor de serviços em meio ao atual cenário do país.

Há uma redução na proporção de empresas prevendo aumento da demanda nos próximos três meses, de 33,4% para 32,2%, mas também na parcela das que esperam que a demanda diminua, de 12,3% para 11,5% do total.

Uso da capacidade sobe para 73% na indústria de materiais

30/07/2018 – DCI

Apesar do avanço da utilização da capacidade instalada da indústria de materiais de construção, que ficou em 73% em julho, o setor continua impactado pela desaceleração da economia no País.

"Por enquanto, a capacidade instalada no Brasil supre a demanda estimada no médio prazo e os investimentos, quando existentes, sinalizam que estão voltados para a modernização do parque industrial", afirma o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), Rodrigo Navarro.

Segundo a sondagem Termômetro Abramat, que mede expectativas das indústrias, a utilização da capacidade instalada passou de 68%, em junho deste ano, para 73% no mês seguinte. Os dados foram obtidos em primeira mão pelo jornal **DCI**.

De acordo com o levantamento da entidade, relativo às expectativas do mercado doméstico, em junho 17% das empresas consideraram o desempenho muito bom; 52%, bom; 18% avaliaram o resultado do mês regular e, 13%, ruim. Já no mês seguinte, 35% das empresas consideraram o desempenho bom; 48%, regular; 13%, ruim e apenas 4% muito ruim.



"Embora acreditando em um ano de recuperação, incertezas diversas trazidas pelas externalidades ao mercado estão impactando as estratégias de investimento das empresas", destaca Navarro.

Para agosto, apenas 4% das empresas entrevistadas acreditam que o desempenho das vendas será muito bom e cerca de 31% acham que será bom.

Segundo o presidente da Abrammat, o novo patamar do dólar, a corrida eleitoral, potenciais greves pontuais e possíveis alterações do ambiente regulatório trazem incertezas ao setor de materiais de construção. "Estes fatores estão impactando as estratégias de investimento das empresas, que estão aguardando por maiores definições", salientou.

Mercado externo

No cenário relativo ao mercado externo, no mês de julho, apenas 6% das empresas da indústria de materiais de construção avaliaram seu desempenho como muito bom; 19% como bom; 44% sendo regular; 25% ruim, e apenas 6% consideraram os resultados muito ruins.

Artigo: A alta das exportações latino-americanas

30/07/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 27-07-2018)

Crescimento ocorre após quatro anos de contração

Depois de quatro anos de contração, o comércio de bens da América Latina e Caribe voltou a crescer.

As exportações da região se expandiram em 12,8% em 2017, superando o crescimento médio mundial, e seguiram a mesma tendência no primeiro trimestre deste ano, com alta de 10,9% ante o mesmo período no ano anterior.

As importações, de sua parte, se expandiram em 8,7%, abaixo da tendência mundial, de acordo com dados publicados pelo "Boletim Estatístico de Comércio Exterior de Bens na América Latina e Caribe", da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal).

O crescimento do valor das exportações se deveu em larga medida ao aumento dos preços das commodities produzidas na região, especialmente o petróleo e os minerais.

Por exemplo, os preços do alumínio, do cobre, do chumbo, do minério de ferro e do zinco cresceram em mais de 25%, enquanto os do ouro e da prata se mantiveram estáveis. Quanto aos produtos agrícolas, a tendência de preços foi irregular, com grandes aumentos para as sementes oleaginosas e óleos alimentícios e quedas no café, açúcar, trigo e cacau.

Apesar do grande superávit do Brasil e da Venezuela, e em menor grau do Chile e Peru, no ano passado o superávit comercial regional foi pouco superior a 0,2%. Na segunda metade do ano, a balança comercial regional foi negativa, devido ao forte aumento nas importações do México, Argentina e Colômbia. Um dos aspectos a destacar são as tendências opostas nos fluxos comerciais entre a região e os Estados Unidos e entre a região e a China.

A relação comercial com a China, que adquire 10% dos bens latino-americanos exportados, apresenta um imenso déficit de US\$ 107 bilhões. Já o comércio entre a região e o vizinho ao norte apresenta um avultado superávit de US\$ 116 bilhões. A metade desse superávit se relaciona ao desempenho comercial do México, como parte do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta).



Contêineres no porto de Santos (SP) - Moacyr Lopes Junior/Folhapress

A grande influência do México no superávit regional com os Estados Unidos acontece porque os mexicanos são por larga margem a maior potência da região no comércio exterior, respondendo por mais de 40% tanto das exportações quanto das importações latino-americanas.

O Brasil ocupa um distante segundo lugar, com pouco mais de um quinto das exportações e só 15% das importações regionais. Nessa comparação, as regiões menos bem posicionadas são a América Central e o Caribe, que somadas importam o dobro do que exportam.

Quanto ao comércio dentro da região, de acordo com o relatório da Cepal o crescimento em 2017 foi de 10,4%. Mas ainda que o intercâmbio comercial total da região tenha crescido ante o do ano anterior em termos absolutos, a participação dos parceiros regionais no comércio externo total da América Latina continua a diminuir, representando apenas 16% do comércio total, ou 21,7% se o México for excluído.

Esse é provavelmente o aspecto negativo mais relevante, devido ao papel fundamental do comércio intrarregional no desenvolvimento das cadeias de valor dos países latino-americanos.

Jeronimo Giorgi é um jornalista uruguaio que cobre assuntos internacionais e que colaborou com diversos veículos na América Latina e Europa.

Artigo: Reforma e aumento de tributos

30/07/2018 – DCI

A sociedade não pode ser penalizada pelo desacerto da política econômica

É de conhecimento geral que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias entre os países emergentes, cerca de 33% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Isso faz com que sejamos menos competitivos.

Temos, também, um sistema injusto, complexo, ruim e ineficiente e que, nas últimas duas décadas, milhares de normas tributárias foram editadas.

Todos empresários reclamam dos tributos e reivindicam urgência da reforma tributária. Em toda a eleição esse assunto é ventilado. Os governos se sucedem, prometendo fazê-la e não há político que nunca tenha defendido.

Porém, percebe-se que o principal entrave da reforma tributária é a incerteza sobre quem ganhará ou perderá dentre a união, os estados e os municípios, em face da complexidade do atual sistema de cobrança de tributos.

É inegável que o nosso País precisa de um sistema tributário simples neutro e transparente, havendo um consenso de que é necessário unificar vários tributos, mudar as bases de incidência, diminuir as obrigações acessórias e reduzir subsídios.

Para tanto, o governo necessita equilibrar as suas contas, bem como aprovar medidas duras para combater o crescimento dos gastos. A sociedade enfrentará um dilema no próximo governo, no que diz respeito ao aumento da carga tributária ou ao corte de despesas, tais como; reajuste dos servidores, benefícios e regimes especiais de tributação.

É possível que o novo governo mantenha o reajuste dos servidores e não reduza os gastos, o que dificultará o ajuste fiscal almejado. Por isso, terá de criar tributos ou aumentar a carga tributária.

Diante de uma concentração de renda tão alta, fala-se no congresso que há espaço para aumento dos tributos sobre os mais ricos e para redução das renúncias tributárias, sem impacto direto sobre a maioria da população. Além disso, tornaria o sistema mais equânime e poderia permitir até uma redução de tributos sobre os mais pobres.

As três medidas mais discutidas no congresso, nos últimos tempos, são: (1) tributação sobre a distribuição de lucros e de dividendos; (2) elevação do imposto sobre a distribuição de lucros na forma de juros sobre o capital próprio (JCP); (3) recolhimento semestral de imposto de renda pelos fundos fechados. Essa medida de tributar menos o lucro e taxar a distribuição de dividendos e do juro sobre capital próprio (JCP) é uma tendência mundial.

A ideia de alguns assessores econômicos de pré-candidatos a presidente é reduzir o imposto de renda para uma alíquota em torno de 20% a 22% e tributar a distribuição de resultado para todas as empresas, mediante a aplicação de uma taxa de 15%.

A introdução desse modelo incentiva a capitalização das empresas, pois passará a tributar a distribuição de lucros aos sócios.

Em suma, a adoção de um sistema tributário moderno será uma tarefa árdua para o futuro presidente. O governo enfrentará resistência, por parte da sociedade, dada a percepção de que a qualidade dos serviços prestados está bem aquém dos valores desembolsados com a alta carga tributária.

A sociedade não pode ser penalizada pelos desacertos nas políticas econômicas adotadas pelo governo. Nesse sentido, somente com uma governança transparente e séria, será possível promover o crescimento econômico e introduzir uma política social justa, para alcançar e construir um Brasil melhor para todos.

Cláudio Sá Leitão é conselheiro pelo IBGC e sócio da Sá Leitão auditores

Acidentes de trabalho no trânsito matam mais motoristas que motociclistas no Paraná

30/07/2018 – Bem Paraná (publicado em 29-07-2018)

Levantamento inédito mostra motorista de carro como a principal vítima no Estado



Os motoristas de carros do Paraná são os que mais morrem por acidentes de trânsito relacionados ao trabalho no Estado, acima dos motociclistas e caminhoneiros. Os dados são de um levantamento inédito realizado pelo Ministério da Saúde com os

dados dos Sistemas de Informação de Agravo e Notificações (Sinan) e do de Mortalidade (SIM).

O estudo apontou 453 óbitos dos trabalhadores em quatro rodas, entre os anos de 2007 e 2016. Contando com todos os tipos de transportes, o Paraná registrou 2.130 mortes no mesmo período.

Para chegar a esta constatação, foram considerados os acidentes ocorridos quando o trabalhador tem uma função que envolve locomoção ou quando estava indo ou voltando do local de trabalho.

Em onze anos, o número de notificações de acidentes de transporte relacionados ao trabalho, no Paraná, foi de 9.481. Os anos de 2015 (1.503) e 2016 (1.730) foram os que apresentaram os maiores números de notificações para um único ano. Em 2017, os índices caíram 48,3% no estado, sendo registrados 894 acidentes quando comparados ao ano de 2016.

Brasil

No Brasil, o estudo trouxe que, oito em cada 10 acidentes de trânsito relacionados ao trabalho foram sofridos por homens. Por faixa etária, os jovens com idades entre 18 e 29 anos foram as maiores vítimas (40,1%) e quase metade desses acidentes ocorreram nos estados da região Sudeste (47,5%).

O levantamento também mostra que conforme o estado, muda a figura da principal vítima. Em Santa Catarina e São Paulo, por exemplo, são os motociclistas, e no Rio Grande do Sul, são os caminhoneiros.

Desemprego e economia patinando: por quanto tempo o país ainda sentirá a crise

30/07/2018 – Gazeta do Povo (publicado em 29-07-2018)

Recuperação está mais lenta do que o esperado e, se for mantido o atual ritmo médio de crescimento, o Brasil vai levar mais quase três anos para retornar ao nível pré-crise

O Brasil pode oficialmente ter saído da última recessão no fim de 2016, mas os efeitos de uma das maiores crises da história ainda permanecem na economia.

A recuperação está mais lenta do que o esperado e, se for mantido o ritmo médio de crescimento de 0,5% por trimestre, o país levará mais quase três anos para retornar ao nível pré-crise, segundo cálculos do Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (Codade), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ao que tudo indica, será a retomada mais lenta já registrada pelo país.



A economia brasileira, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), cresceu apenas 2,7% desde quando o país saiu da recessão – uma média de 0,5% a cada trimestre. Com isso, o país ainda precisa crescer mais 5,5% para voltar ao patamar pré-crise, ou seja, mais 11 trimestres nas estimativas do Codace, considerando que média de crescimento registrada de 2017 até março deste ano será mantida.

O comitê, especializado em datar ciclos econômicos, considera que o Brasil entrou em recessão a partir do 2.º trimestre de 2014 e que o período se estendeu até dezembro de 2016.

Se confirmada a expectativa de que o PIB só retorne ao nível pré-crise a partir de 2021, vai ser a primeira vez que o Brasil vai ter demorado tanto para superar os efeitos de uma recessão econômica. Na recessão dos anos 1980, que durou do 1.º trimestre de 1981 a março de 1983, a economia demorou sete trimestres para voltar ao normal.

Na recessão da década de 1990 (3.º trimestre de 1989 ao 1.º trimestre de 1992), que também durou 11 trimestres, a recuperação se deu em seis trimestres. Os dados são do Codace.

“Estamos há cinco trimestres [do fim da recessão que começou em 2014] e ainda estamos longe de ver o PIB retornar ao nível pré-crise”, afirma Luana Miranda, pesquisadora da área de Economia Aplicada do FGV IBRE.

Causas da recuperação lenta: tamanho do tombo, inflação e déficit nas contas

Uma das explicações para a lenta recuperação e a conseqüente permanência dos efeitos da crise na economia está no tamanho do tombo. O Codace calcula que o PIB teve uma perda acumulada de 8,2% durante a recessão de 2014, uma das maiores quedas já registradas.

“Nós tivemos foi um colapso. A economia nunca tinha subido tão rápido antes e, quando caiu, foi um tombo muito forte. O investimento não desacelerou; ele parou. Isso teve um efeito sobre toda a cadeia produtiva do setor industrial, que foi zerando. Aí veio o desemprego e a queda na renda. E como você tinha um setor de serviço que dependia da renda das pessoas para se manter aquecido, despencou tudo”, explica o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco Lima Gonçalves.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, acrescenta outro fator para a retomada lenta: a falta de dois instrumentos clássicos para estimular o crescimento em uma saída de recessão, que são as políticas fiscal e monetária.

“Quando a Dilma saiu, a economia estava há dois anos em recessão profunda. Então, mais do que nunca, você precisava da política fiscal e monetária para estimular o crescimento. Só que a taxa de inflação estava extremamente elevada naquele momento, em 12%, e a gente estava com déficit primário bastante elevado, tanto que logo na sequência tivemos que fazer a regra do teto [de gastos].”

Os economistas lembram que, nas crises passadas, as saídas foram mais rápidas porque o país se beneficiou do “boom das commodities”, que aumentou as exportações. O comércio mundial também estava favorável. Durante a crise global de 2008, o Brasil tinha uma economia interna forte com possibilidades de uso de políticas fiscais e monetárias para estímulo ao consumo. Nada disso se repetiu de 2016 para cá. Pelo contrário, piorou.

Além do tombo forte e da falta de instrumentos para sair da recessão, o país vivenciou dois grandes choques que jogaram para baixo a confiança das famílias e dos empresários, comprometendo ainda mais os investimentos e o consumo. O primeiro choque foi a divulgação das gravações do empresário Joesley Batista, do grupo J&F, que comprometiam o presidente Michel Temer – o que acabou enfraquecendo ainda mais o governo dele. Depois, a greve dos caminhoneiros em maio deste ano, que paralisou o país.

Consequência nefasta da permanência dos efeitos da crise: desemprego

Com a crise demorando a passar, permanecem vários efeitos da recessão, em maior ou menor grau: queda da confiança das famílias e dos empresários, redução dos

investimentos e do consumo e retração da atividade industrial e de outros setores da economia.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) diz que, para a indústria de transformação, mesmo com o fim da recessão, os efeitos permaneceram e o setor terminou 2017 com indicadores de lucratividade, de endividamento e de cobertura de despesas financeiras abaixo dos recomendáveis para que as empresas virem a página da recente crise e voltem a investir.

Mas, entre todos os efeitos, a consequência mais sentida pela população continua sendo o alto índice de desemprego. Atualmente, há 13,7 milhões de pessoas desempregadas, segundo dados da Pnad Contínua do IBGE. No período pré-crise, por exemplo, o número de desocupados era quase a metade (sete milhões no primeiro trimestre de 2014). Desde 2016, o país mantém uma taxa de desemprego na casa dos dois dígitos.

Tradicionalmente, o mercado de trabalho é um dos últimos a se recuperar da crise. Mas, com a demora em o país superar a última recessão, a recuperação do emprego com carteira assinada também está se dando em ritmo mais lento do que o normal.

Sérgio Vale acredita que a recuperação do emprego ficará para depois de 2022. Já o economista Marcelo Gazzano, da consultoria ACPastore, estimou, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, um cenário ainda pior. Gazzano calcula que o mercado de trabalho deve demorar dez anos para recompor a perda de três milhões de postos formais durante a crise.

Crise fiscal e eleições podem piorar cenário adverso

Apesar de existir uma expectativa de retomada – ainda que muito mais lenta do que o ideal, a economista Silvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, alerta que não há nem mesmo garantias de que o ritmo médio de crescimento atual seja mantido nos próximos trimestres. Se o ritmo vier a cair, atrasaria ainda mais a recuperação econômica e faria com que os efeitos da crise perdurassem por mais tempo.

As preocupações da economista giram em torno de dois fatores: crise fiscal e eleições. Ela explica que o ajuste nas despesas está sendo feito na forma de cortes de investimentos, subsídios e despesas com a máquina pública, excluindo gastos com folha. Esse espaço para cortes de gastos, porém, é muito restrito e já chegou ao limite, na visão da economista.

Outro ponto que preocupa é a possibilidade de eleição de um presidente não comprometido com as reformas e o ajuste fiscal. “Não está claro se será eleito um candidato que manterá uma agenda de reformas necessárias para restaurar a solvência fiscal. O risco de não perseverar por esse caminho pode ser muito custoso em termos de crescimento e inflação”, escreve Silvia na edição de junho do Boletim Macro.

O economista Sérgio Vale resume os efeitos da crise que parecem não ter fim: “É um período longo de crise que foi criado no país e que a gente ainda vai pagar o preço ao longo dos próximos anos.”

Indicador da FGV mostra queda de incerteza na economia

30/07/2018 – Agência Brasil

O Indicador de Incerteza da Economia, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 8,3 pontos de junho para julho e atingiu 116,8 pontos. Apesar da queda, o indicador persiste na região de incerteza elevada (acima de 110 pontos) pelo quinto mês consecutivo.

Os três componentes do indicador tiveram queda, com destaque para o item média, baseado na frequência de notícias com menção à incerteza na imprensa, que caiu 8,7 pontos.

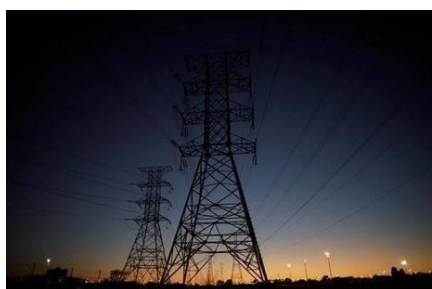
O componente mercado, calculado com base na volatilidade do mercado de ações da Bovespa, teve queda de 3,7 pontos, enquanto o item expectativa, construído a partir das previsões de especialistas para a taxa de câmbio e para a inflação oficial, recuou 1,3 ponto.

Segundo Pedro Costa Ferreira, economista da FGV, os pontos principais de manutenção da incerteza elevada são as eleições presidenciais e o cenário externo.

Contas de luz vão continuar com bandeira vermelha em agosto

30/07/2018 – R7 (publicado em 27-07-2018)

O motivo é a queda no nível dos reservatórios. É o terceiro mês seguido que o consumidor vai pagar mais caro pela energia elétrica



Ueslei Marcelino/Reuters 31.08.2017

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou nesta sexta-feira (27) que as contas de luz vão continuar com a bandeira vermelha em seu segundo patamar no mês de agosto.

A indicação já havia sido feita na quinta-feira (26) pelo diretor do ONS, Luís Eduardo Barata. Com a bandeira vermelha no patamar 2, no mês que vem, a tarifa continua com um adicional de R\$ 5,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. É o terceiro mês consecutivo em que a bandeira vermelha em seu segundo patamar vigora.

De janeiro a abril, vigorou a bandeira verde, que não tem custo adicional. Em maio, foi adotada a bandeira amarela, que adicionava R\$ 1,00 a cada 100 kWh consumidos.

De acordo com a Aneel, a manutenção da bandeira vermelha patamar 2 se deve às condições hidrológicas desfavoráveis e à redução no nível de armazenamento dos principais reservatórios do País. Essa situação elevou o risco hidrológico (GSF) e levou o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) ao teto de R\$ 505,18 por megawatt-hora (MWh). São esses dois indicadores que determinam a cor da bandeira.

O sistema de bandeiras tarifárias leva em consideração o nível dos reservatórios das hidrelétricas e o preço da energia no mercado à vista. Na bandeira verde, não há cobrança de taxa extra.

Na bandeira amarela, a taxa extra é de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. No primeiro patamar da bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 3,00 a cada 100 kWh. E no segundo patamar da bandeira vermelha, a cobrança é de R\$ 5,00 a cada 100 kWh.

O sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo da energia gerada e tem o objetivo de possibilitar aos consumidores o uso consciente de energia elétrica. Antes das

bandeiras, o custo da energia era repassado às tarifas uma vez por ano, no reajuste anual de cada empresa, e tinha a incidência da taxa básica de juros, a Selic. Agora, esse custo é cobrado mensalmente e permite ao consumidor adaptar seu consumo e evitar sustos na conta de luz.

A Aneel deve anunciar a bandeira tarifária que vai vigorar no mês de setembro no dia 31 de agosto.

Mercado mantém previsão de inflação para 2018 em 4,11% e alta de 1,5% no PIB

30/07/2018 – G1

Para 2019, expectativa do mercado para o IPCA permaneceu em 4,10% e previsão de expansão da economia seguiu em 2,5%. Estimativas foram divulgadas pelo Banco Central.

Os economistas do mercado financeiro mantiveram estimativa de inflação para 2018 em 4,11% e previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desse ano em 1,5%.

As expectativas dos analistas estão no mais recente boletim de mercado, também conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (30) pelo Banco Central. O relatório é resultado de levantamento feito na semana passada com mais de 100 instituições financeiras.

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2018, de 4,11%, continua abaixo da meta de inflação que o Banco Central precisa perseguir neste ano, que é de 4,5% e dentro do intervalo de tolerância previsto pelo sistema. A meta terá sido cumprida pelo BC se o IPCA ficar entre 3% e 6% em 2018.

Para 2019, o mercado financeiro manteve sua expectativa de inflação estável em 4,10%. A meta central do próximo ano é de 4,25%, e o intervalo de tolerância do sistema de metas varia de 2,75% a 5,75%.

Produto Interno Bruto

Além de manter a estimativa de alta do PIB de 2018 em 1,5%, os economistas dos bancos também não alteraram a previsão de expansão da economia para o próximo ano, que continuou em 2,5%.

O Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. Em 2016, o PIB teve uma retração de 3,5%. Em 2017, cresceu 1% e encerrou a recessão no país.

Taxa de juros

Os analistas do mercado financeiro também mantiveram em 6,50% ao ano sua previsão para a taxa básica de juros da economia, a Selic, ao final de 2018.

Com isso, o mercado estima que a taxa de juros fique estável no atual patamar de 6,50% ao ano na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, marcada para esta terça e quarta-feiras (31 e 1º).

Para o fim de 2019, a estimativa do mercado financeiro para a Selic continuou em 8% ao ano. Deste modo, os analistas seguem prevendo alta dos juros no ano que vem.

Câmbio, balança e investimentos

Na edição desta semana do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2018 permaneceu em R\$ 3,70 por dólar. Para o fechamento de 2019, ficou estável também em R\$ 3,70 por dólar.

A projeção do boletim Focus para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), em 2018, subiu de US\$ 57,5 bilhões para US\$ 58 bilhões de resultado positivo.

Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado para o superávit recuou de US\$ 49,3 bilhões para US\$ 49,15 bilhões.

A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2018, ficou estável em US\$ 67,5 bilhões. Para 2019, a estimativa dos analistas caiu de US\$ 80 bilhões para US\$ 70 bilhões.

Mercado financeiro espera por manutenção da Selic

30/07/2018 – Agência Brasil

Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) esperam por manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 6,5%, nesta semana. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reúne-se amanhã e quarta-feira (1º) para definir a Selic.

Em suas duas últimas reuniões, o Copom optou por manter a taxa em 6,5%, depois de promover um ciclo de cortes que levou ao menor nível histórico. Para o mercado financeiro, não deve haver alteração na Selic até o fim deste ano. Em 2019, a taxa deve subir e encerrar o período em 8% ao ano.

A Selic é o principal instrumento do BC para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Juros altos

Quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação. A manutenção da Selic, como prevê o mercado financeiro, indica que o Copom considera as alterações anteriores suficientes para chegar à meta de inflação.

Em 2018, o centro da meta de inflação é 4,5%, com limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2019, a previsão é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

Para 2020, a meta é 4% e, para 2021, é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para os dois anos (2,5% a 5,5% e 2,25% a 5,25%, respectivamente).

A estimativa de instituições financeiras para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, a inflação oficial do país) este ano permanece em 4,11%. Para 2019, a projeção segue em 4,10. Também não houve alteração na estimativa para 2020 e 2021, que é 4%.

Atividade econômica

A projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – é mantida em 1,50% neste ano há duas semanas seguidas.

Para 2019, a estimativa segue em 2,50% há quatro semanas consecutivas. As instituições financeiras também projetam crescimento de 2,50% do PIB em 2020 e

2021. A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar permanece em R\$ 3,70 no fim deste ano e de 2019.

Com maior saldo em quatro anos, poupança volta a atrair o brasileiro

30/07/2018 – R7 (publicado em 28-07-2018)

No auge da crise econômica, em 2015, quem tinha dinheiro aplicado nessa modalidade perdia para inflação, mas cenário hoje é mais otimista



Forma preferida de investimento da maior parte da população brasileira, a poupança voltou a ser atraente nos últimos 18 meses.

Resultado disso foi que o saldo das cadernetas de poupança em todo o país (diferença entre depósitos e saques) foi de R\$ 7,34 bilhões entre janeiro e junho deste ano, o mais alto registrado desde 2014, segundo dados do Banco Central.

O Bradesco, que detinha 13,7% dos depósitos de poupança em junho deste ano, registrou aumento de 7,7% das aplicações nos últimos 12 meses, totalizando R\$ 103 bilhões, conforme balanço divulgado na quinta-feira (26).

Já o Santander reportou crescimento de 35,2% dos depósitos em um ano. Caixa, Banco do Brasil e Itaú ainda não divulgaram os resultados do segundo trimestre.

Em 2015, aplicar na poupança foi sinônimo de perder dinheiro. Estudo da consultoria Economatica mostrou que naquele ano a poupança perdeu 2,28%. Além disso, a taxa de juros alta tornava outros tipos de investimento mais atraentes.

Como consequência, os brasileiros — muitos deles endividados — retiraram mais dinheiro do que depositaram em 21 dos 24 meses entre 2015 e 2016, quando a inflação fechou em 10,67% e 6,29%, respectivamente.

Em 2016, o retorno da poupança foi pequeno, 1,9%, já descontada a inflação. Foi em 2017 que o rendimento dessa aplicação melhorou: 3,88% no ano, melhor resultado desde 2006, segundo a Economatica **(veja o quadro abaixo)**.

Hoje, o cenário continua favorável para quem quer aplicar na poupança, explica Miguel de Oliveira, diretor-executivo de estudos e pesquisas econômicas da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade).

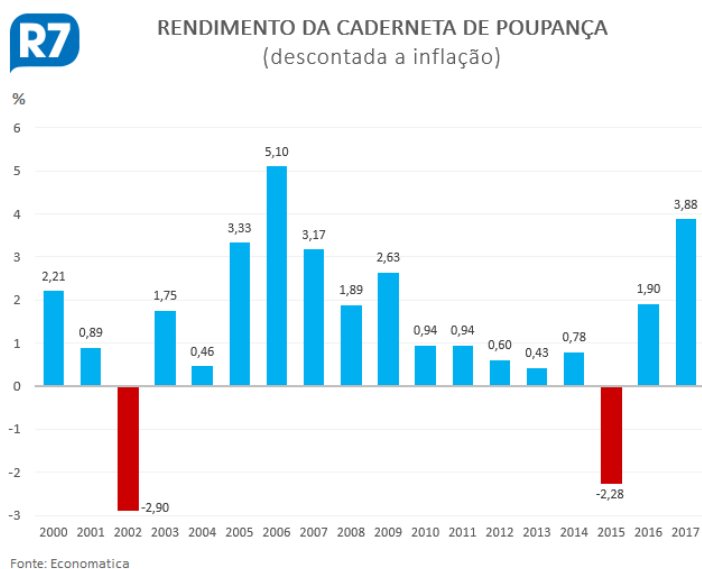
"A inflação alta fazia com que a poupança rendesse menos e havia perda do poder de compra. A taxa Selic [juros básicos da economia, atualmente em 6,5% ao ano] estava alta e fazia a poupança perder frente a outros investimentos de renda fixa. Mas agora, a poupança está rendendo mais do que a inflação. Com a Selic baixa, os outros investimentos acabam tendo ganhos próximos ao da poupança, com certas desvantagens como Imposto de Renda e prazo para resgate", explica.

O diretor da Anefac fez um cálculo que mostra que R\$ 10.000 investidos na poupança renderiam em um ano 4,55%, totalizando R\$ 10.455. Se o mesmo valor for aplicado em um fundo de investimentos com taxa de administração de 1% ao ano, renderia R\$ 466, ou apenas R\$ 11 a mais do que a poupança.

"Naturalmente, o grande poupador consegue taxas de administração menores nos bancos, mas para o pequeno poupador, aquele de até R\$ 5.000, o ideal é ficar na poupança. Acima de R\$ 10.000, tem que comparar e ver se vale a pena", acrescenta.

Simulações feitas pelo **R7** em corretoras de investimentos mostram que uma aplicação de R\$ 2.000 na poupança por dois anos terá rendido R\$ 186 ao fim do período, enquanto um CDB (Certificado de Depósito Bancário), por exemplo, renderá R\$ 237.

Um banco consultado pela reportagem oferece CDB com rendimento de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) pelo prazo de dois anos. Uma aplicação de R\$ 5.000 renderia R\$ 532,56, frente a R\$ 443,37 da poupança. Vale destacar que CDBs e Notas do Tesouro pagam Imposto de Renda.



"Às vezes, a diferença de rendimento é tão pequena que as vantagens da poupança, como a possibilidade de retirar aquele dinheiro a qualquer hora e o fato de estar vinculada à conta corrente, acabam pesando mais para quem investe. Sem contar que a poupança é a única possibilidade de investimento possível para a maior parte da população", explica a professora de finanças do Insper Juliana Inhasz.

Ela ainda pondera que quem não vá precisar do dinheiro por um determinado período deve procurar outras formas de aplicar. "Outros investimentos se tornaram muito populares", diz.

Bancos e corretoras oferecem LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio), que também não incidem Imposto de Renda. Mas é preciso estar ciente de que o dinheiro deve ser mantido lá. O rendimento aumenta conforme o prazo da aplicação.

Fraude ameaça poupador prejudicado por planos econômicos dos anos 1980 e 1990

30/07/2018 – Folha de S. Paulo

Retenção de indenização e adiantamento de pagamento para bancar custos estão entre os problemas identificados

A indenização de até R\$ 12 bilhões que será distribuída a mais de 2 milhões de poupadores prejudicados pelos planos econômicos dos anos 1980 e 1990 tem incentivado a ação de golpistas pelo país, segundo a entidade que ficou responsável por identificar fraudes nos processos.

Entre os principais problemas, de acordo com a Febrapo (Frente Brasileira dos Poupadores), estão a retenção de indenização por advogado, pedidos indevidos de adiantamento para pagar custas e até o crime da saidinha de banco, em que o poupador é assaltado (leia abaixo).

Em março, o Supremo homologou acordo entre bancos e poupadores para o pagamento de indenizações por perdas decorrentes dos planos econômicos. Há dois meses, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) abriu plataforma na internet em que esses poupadores, que tinham ações na Justiça, podem se inscrever para receber. A habilitação tem de ser feita por um advogado, que terá os honorários no pagamento da indenização.

No Paraná, um advogado é acusado por sete poupadores de ter embolsado a indenização deles. Linco Kczam, de Ivaporã, é suspeito de ter deixado de repassar mais de R\$ 1 milhão a clientes, segundo a empresa de recuperação de ativos que contratou seus serviços no passado, a Officepar.

Cassius Marcellus Gobbo Secco, advogado que representa a companhia e a Cantoni Revisões, empresa para a qual Linco trabalhou, adquirida pela Officepar, disse ter identificado 15 poupadores lesados. Linco nega as acusações e responsabiliza a Officepar e a Cantoni Revisões.

Por pouco uma cuidadora de 60 anos, de Curitiba, não foi prejudicada. Há dez anos, diz ela—que pediu anonimato—, empresas como a Officepar lhe ligaram oferecendo para ir à Justiça contra os bancos, a fim de reaver a perda com os planos Bresser, Verão e Collor 2. Linco representava uma dessas empresas.

A cuidadora e o marido entregaram procurações em nome do advogado. A promessa era que deixariam 30% do que ganhassem para Linco e para a empresa, se vencessem a ação.

Em dezembro, ao reunir papéis para uma mudança, encontrou a procuração assinada pelo marido. Chamou o número do telefone que encontrou no papel, sem sucesso.

Com a ajuda de amiga advogada, descobriu que não só ganhara o processo como havia recebido. Buscou na internet contatos de Linco. Deixou recados, e em fevereiro foi avisada de que receberia os valores.

Quando ganhou a ação, tinha direito a R\$ 16 mil. Como havia passado tempo, o advogado teve de depositar R\$ 22 mil. Para ela, Linco parecia ter a esperança de que os clientes não se lembrassem das ações.

Cassius diz que a Officepar passou a levantar o status de processos de antigos clientes. E tem verificado que alguns que assinaram a procuração em nome de Linco venceram as ações, mas não receberam.

À reportagem Linco disse desconhecer processos contra ele na Justiça do Paraná e que não pode dar detalhes do que aconteceu porque colabora com as investigações. Cassius afirma que, como as procurações estavam no nome de Linco, a Officepar também ficou sem receber sua parte.

O presidente da Febrapo, Estevan Pegoraro, disse que a entidade avalia bloquear o acesso de Linco aos pagamentos por meio da plataforma de adesão ao acordo e recomenda aos clientes que procurem antigos advogados para obter informações. Se houver suspeita de fraude, devem denunciá-la à Febrapo e à OAB.

Em outro caso verificado pela Febrapo, uma mulher disse que o avô recebera ligações de suposta advogada afirmando que ele tinha direito a indenização do Plano Collor. Pediu R\$ 1.480 para iniciar a ação.

Só quem tem ação ingressada na Justiça antes de 2016 tem direito a pedir para receber.

Proteja-se

contra golpes dos planos

Telefone

Golpista se diz advogado e pede adiantamentos para iniciar processo de pagamento
Cuidado: a habilitação para receber a indenização feita pelo site é gratuita. O pagamento ao advogado ocorre apenas no pagamento da indenização

Retardatários

Golpistas se fazem passar por advogados e oferecem o serviço de ingressar com nova ação na Justiça e pedem, em troca, um adiantamento
Cuidado: os termos do acordo valem apenas para os que ingressaram na Justiça pedindo ressarcimento até 2016

Saidinha de banco

Golpistas falam para os poupadores que eles podem sacar o dinheiro no caixa e assaltam os beneficiários
Cuidado: os valores são depositados apenas nas contas dos advogados que representam poupadores

Dinheiro represado

Após esperar anos, alguns poupadores descobriram que seus advogados receberam e não repassaram a indenização

Cuidado: poupadores que ingressaram com ações ou seus herdeiros devem procurar os advogados para saber do andamento do processo.

Santander e Bradesco sobem juros do rotativo

30/07/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 27-07-2018)

BC proibiu cobrar taxas diferentes de clientes que pagavam valor mínimo dos que atrasam

Santander e Bradesco elevaram as taxas de juros do rotativo do cartão de crédito no mês de junho, mostram dados do Banco Central.

Desde o começo do mês passado, os bancos foram proibidos de cobrar taxas diferentes de clientes que pagavam o valor mínimo da fatura daqueles que atrasam o pagamento da conta. A diferença deve ser apenas o pagamento de multa por atraso e juros de mora.

Clientes em atraso chegavam a pagar 17% ao mês pela dívida, acima dos cerca de 11% mensais do rotativo atual.

No Santander, os juros no rotativo regular do cartão, cobrado de quem paga o mínimo da fatura, subiram 30,7 pontos percentuais de maio para junho, para 241,91% ao ano.

No Bradesco, a alta foi de 4,35 pontos, para 317% ao ano —o crédito mais caro entre os grandes bancos.

Banco do Brasil e Caixa reduziram suas taxas, para 165% e 237,52% ao ano respectivamente. No Itaú, houve estabilidade em 218,38% ao ano. Os dados por banco são divulgados diariamente pelo BC.

Como resultado, os juros médios gerais do rotativo regular do cartão de crédito saltaram 18,1 pontos em junho sobre maio, para 261,1% ao ano. Já na modalidade não regular, na qual os consumidores não quitam a fatura mínima, a taxa caiu 32,8 pontos na mesma base de comparação, para 313,3% ao ano.

Isso ocorreu apesar de a inadimplência ter ficado praticamente estável no período. Segundo o BC, a taxa de não pagamento no rotativo do cartão de crédito ficou em 34,6%, ligeiramente abaixo do patamar de 34,7% de maio.

No fim de abril, o BC anunciou uma mudança de regras para deixar a cargo dos bancos a definição do pagamento mínimo no cartão de crédito e para disciplinar a cobrança de encargos, buscando com isso aproximar as taxas do rotativo.

A expectativa, com isso, era que a taxa cobrada no rotativo não regular, na qual incidem multa e juros de mora, fosse se aproximar do custo do rotativo regular, para os que pagam a fatura mínima.

Santander e Bradesco elevaram as taxas do cartão de crédito para os bons pagadores ao mesmo tempo em que diminuíram as cobradas de quem que não quita nem o valor mínimo.

Segundo o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, isso "é devido ao fato de as instituições financeiras buscarem uma nova taxa de equilíbrio, uma nova média para essa taxa do regular".

"Não há ainda elementos suficientes para dizer se esse aumento no mês vai ser uma coisa que vai se generalizar nas demais [instituições financeiras] ou se vai refluir", disse.

O diretor de cartões do Bradesco, Francisco Terra, disse que a maior parte das operações do segmento para correntistas do banco é feita pela Bradesco Cartões, que teve taxa de 236,23 ao ano em junho.

"Um maior uso de saques de recursos no cartão no período pode ter causado isso." O Santander Brasil não respondeu de imediato.

Dólar opera em queda, em dia de agenda tranquila

30/07/2018 – G1

Na última sessão, a moeda norte-americana caiu 0,76%, a R\$ 3,7177 na venda.

O dólar opera em queda nesta segunda-feira (30), com a agenda mais leve nesta sessão desviando a atenção para os eventos dos próximos dias, entre os quais decisões de política monetária no Brasil e nos Estados Unidos, que podem influenciar o fluxo de recursos pelo mundo, segundo a Reuters.

Por volta das 9h20, a moeda norte-americana caía 0,22%, vendida a R\$ 3,7094. **Veja mais cotações.** A cena política local também continuava no foco dos agentes, com as negociações sobre apoio para as eleições na reta final de convenções partidárias.

O Banco Central anunciou leilão de até 14.455 swaps tradicionais para esta sessão, equivalentes à venda futura de dólares, para concluir a rolagem dos contratos que vencem em agosto, no total de US\$ 14,023 bilhões. Na última sessão, a moeda norte-americana caiu 0,76%, a R\$ 3,7177 na venda.

IGP-M sobe 0,51% em julho ante 1,87% em junho, revela FGV

30/07/2018 – Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) desacelerou de 1,87% em junho para 0,51% em julho, divulgou na manhã desta segunda-feira, 30, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Assim, o indicador saltou de 6,92% em 12 meses até junho para 8,24%. No ano, o acumulado registra elevação de 5,92%.

No mês, o resultado veio acima da mediana das estimativas do Projeções Broadcast, de 0,49%, mas dentro do intervalo de 0,29% a 0,58%.

Entre os três indicadores que compõem o IGP-M, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) desacelerou de 2,33% para 0,50% entre junho e julho. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) também desacelerou de 1,09% para 0,44. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) que passou de 0,76% para 0,72% no período.

IPAs

A desaceleração no ritmo de alta do IGP-M teve bastante influência do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) Agropecuário, que saiu de alta de 3,03% em junho para recuo de 1,83% em junho, conforme informou a FGV. O alívio ainda foi puxado pelo arrefecimento do IPA Industrial, que saiu de 2,10% no sexto mês do ano para 1,30% em julho.

O IPA atingiu 0,50%, ficando bem aquém da elevação de 2,33% em junho. Em 12 meses, o IPA acumula alta expressiva de 10,50%, inferior à de 8,24% do IGP-M em igual período e que ficou em 0,51% em julho (de 1,87%).

Na cadeia produtiva, os Bens Finais justificaram o arrefecimento do IPA, com recuo de 0,15% depois de aumento de 2,58% em junho. Nessa etapa de produção, o destaque foram os alimentos in natura, cuja taxa de variação passou de elevação de 8,19% para declínio de 11,55%.

O índice relativo a Bens Finais (ex), que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis para o consumo, registrou alta de 0,99% em julho, ante 1,84% no mês anterior.

Os Bens Intermediários tiveram leve arrefecimento, de 2,42% em junho para 2,11% em julho, com influência de subgrupo suprimentos, que saiu de alta de 4,72% para variação positiva de 2,25%.

Já as Matérias-Primas Brutas tiveram queda de 0,70% este mês depois de elevação de 1,92% em junho. Os itens que mais contribuíram para esse alívio foram: milho (em grão), de alta de 3,70% para recuo de 9,53%; aves, de elevação de 21,22% para alta de 8,12%; e minério de ferro, que passou de retração de 0,06% para declínio de 1,50%).

Em contrapartida, os produtos a seguir pressionaram o índice: leite in natura (de alta de 3,24% para 7,36%), bovinos (de queda de 0,64% para alta de 1,18%) e arroz (em casca) (de alta 2,54% para 4,69%).

Por mais diversidade, empresas ignoram nome e idade em currículo

30/07/2018 – Folha de S. Paulo

Companhias adotam seleção às cegas para evitar a influência de preconceitos inconscientes



Empresas em busca de mais diversidade agora querem saber menos sobre os candidatos a suas vagas para tentar escolhê-los melhor. Elas têm adotado currículos que não trazem informações que normalmente são entendidas como básicas, como nome, idade, endereço e, em alguns casos, até o local onde a pessoa estudou.

Ao menos nas primeiras etapas da seleção, essas informações são ignoradas e dão lugar a testes práticos feitos a partir da internet. Com isso, essas empresas buscam reduzir a influência de preconceitos inconscientes em suas decisões.

Usando a estratégia, são levadas mais em conta as competências do candidato do que se ele recebeu uma indicação de amigo ou trabalhou em determinada empresa, o que é comum no mercado publicitário, diz Flávia Campos, diretora da agência Artplan.

A companhia, de 360 funcionários, adotou a seleção às cegas há dois meses, usando sistema de recrutamento da startup Empregare.

A plataforma dá a opção de esconder dados pessoais do candidato e criar testes para avaliar as habilidades dele.

A Artplan contratou três pessoas pelo modelo. Outras 15 estão em processo de seleção, segundo Campos.

“Não é um processo fácil. Ele costuma ser mais demorado do que a indicação e às vezes posso estar precisando de alguém com urgência. Mas vamos manter, pois temos uma crença de que é importante não contratar o mesmo tipo de pessoa sempre”, diz.

Na startup financeira [Nubank](#), a seleção às cegas é adotada para a área de tecnologia, em que a maioria dos profissionais é formada por homens, e está sendo levada também para o setores de atendimento e produtos, afirma Silvia Kihara, líder da área de recrutamento da empresa.

A engenheira de software Karen Zanlutti, 35, foi contratada a partir do modelo. Sua primeira avaliação levou em conta, em vez do currículo, seu desempenho na hora de escrever um código. Seus futuros colegas analisaram seu exercício sem saber nada sobre ela.

Zanlutti diz que, diferentemente do que aconteceu em outros processos, se sentiu à vontade na etapa final da seleção, uma entrevista pessoal.

“Já tinham revisado meu exercício e sabiam do que eu era capaz. Não tinha ninguém me julgando, e a pressão foi menor. Em várias situações em minha vida senti que precisava me provar muito para ser ouvida”, diz.

Felipe Couto, sócio da startup Vulpi, para recrutamento de desenvolvedores de software, diz que a contratação de mulheres a partir do serviço da empresa cresceu 30% após sua plataforma passar a trabalhar com seleção às cegas, há um ano e meio. “Quando mostramos o gênero antes, vem primeiro o preconceito. Quando escondemos, a pessoa acessa primeiro as habilidades e o perfil do candidato.”

Mesmo assim, a participação de mulheres nas contratações feitas a partir da plataforma ainda fica abaixo da de homens, em 24%, diz Couto.

Número de multas de transporte de carga sobe 29% em 2018, mas arrecadação cai

30/07/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 29-07-2018)

Valores levantados com as infrações teve queda de 12% no primeiro semestre deste ano

O total de multas de transportes de carga no país cresceu 28,7% nos seis primeiros meses de 2018, na comparação com o primeiro semestre do ano passado, segundo a ANTT (agência reguladora). A arrecadação, porém, caiu 12% no período.

O aumento do volume de autos, segundo o órgão, é reflexo da maior fiscalização eletrônica, com a instalação de mais sensores em locais de grande movimentação de caminhões neste ano.

Em dezembro, eram 39 pontos em rodovias. Agora, são 44, e a agência afirma que chegará aos 55 até o fim de agosto.

“Usamos sensores e câmeras posicionadas nas maiores vias de acesso ao país. O sistema é conectado ao banco de dados da ANTT e verifica em tempo real a situação de placas”, diz o gerente de fiscalização, Maurício Ameomo.

Outra medida é a colocação de chips eletrônicos em caminhões. O serviço de fiscalização tradicional, que ocorre por meio de blitzes, continua.

A queda nos recursos arrecadados é parcialmente explicada pela paralisação dos caminhoneiros em maio, segundo Ameomo.

“As principais vias ficaram travadas por duas semanas, o que influenciou o dado. Tivemos também, contudo, um aumento no número de penalidades menos graves, o que afeta o resultado final”, afirma.

“Houve, ainda, queda nas infrações de transporte internacional no início do ano devido a um trabalho nas regiões de fronteira para alertar transportadoras sobre os principais motivos de autuações.”

Transportar carga com registro cassado ou vencido, evadir ou tentar burlar a fiscalização e prestar serviços sem a documentação exigida estão entre as principais irregularidades cometidas pelos motoristas, de acordo com a ANTT.

Guerra comercial faz BMW aumentar preços de carros vendidos na China

30/07/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 29-07-2018)

Companhia é a maior exportadora de carros dos EUA para país asiático

A BMW vai aumentar preços de carros produzidos nos Estados Unidos e exportados para a China.

A partir desta segunda (30), o preço dos carros modelo X5 e X6 terão um aumento de 4% e 7% no mercado chinês, respectivamente.

A medida tem como objetivo repassar a consumidores parte do aumento de tarifas resultantes da guerra comercial entre China e Estados Unidos, que vem impondo custos adicionais para a circulação de uma série de produtos entre esses dois países. Em julho, a China aumentou as tarifas para a importação de carros produzidos nos Estados Unidos de 15% para 40%.

A BMW tem sua maior fábrica no mundo na cidade americana de Spartanburg, na Carolina do Sul. Segundo o jornal Financial Times, a unidade exportou 70% dos mais de 370 mil veículos produzidos no ano passado.

A montadora é a empresa do setor que possui maior volume financeira de exportações dos Estados Unidos para a China.

O modelo X4, também produzido nos Estados Unidos, não deverá ter seu preço elevado. Isso porque a empresa prevê passar a montá-lo na China no futuro. Antes da montadora alemã, a Tesla, de carros elétricos, também anunciou um aumento de preços nas vendas para a China.

A companhia deve aumentar os preços dos modelos S e X em cerca de 20%.

Fabricação do A3 pode ser suspensa pela Audi no Brasil

30/07/2018 – GS Notícias /Gazeta de MT

Depois de cinco anos de relativo sucesso, período em que vendeu pouco mais de 40 mil unidades no mercado nacional, a Audi corre o risco de encerrar de vez a fabricação do modelo A3 de três e de cinco portas na sua unidade industrial de Curitiba (PR).

Os próximos dois anos serão decisivos para a empresa o que, no entanto, não significaria o fechamento da fábrica de Curitiba, onde trabalham 2,6 mil funcionários. Isso porque a Volkswagen, que controla 99,1% da Audi AG, aproveitaria a unidade industrial paranaense para produzir outros modelos, como o Tupi.

"A fábrica não vai ser fechada. Mas há um risco de a Audi não aproveitá-la mais", disse o chefe de vendas para as Américas, Mattias Seidl, em entrevista a jornalistas brasileiros na sede da Audi, em Ingolstadt, na Alemanha. "A continuidade da produção do A3 não depende da Audi. As decisões sobre isso ainda não foram tomadas", esclareceu Seidl.

Ele afirmou, no entanto, que o A3 de três portas terá a sua produção interrompida logo. O funcionário não disse quando. Sobre o A3 cinco portas, Seidl afirmou que a fabricação desse modelo poderá se estender por mais dois anos.

Atualmente, o Brasil é o único país onde o Audi A3 com cinco portas é fabricado e vendido. Nos demais mercados, a versão três portas desse modelo estará disponível somente até o final de 2004.

Peugeot consolida modernização e lança nova caixa automática de 6 velocidades

30/07/2018 – GS Notícias /Jornal da Cidade Sergipe

A Peugeot vive um momento inédito no Brasil. A Marca, que já havia lançado o surpreendente novo SUV Peugeot 3008 em junho deste ano, apresenta os Peugeot 208 e 2008, modelo 2018, com a nova caixa de câmbio automática e sequencial de seis marchas.

Agora, com a gama mais moderna de veículos de sua história no país e a completa reestruturação da rede, a nova PEUGEOT consolida sua estratégia de ser a principal referência no mercado em qualidade de produtos e serviços.

O Peugeot Total Care, por exemplo, é um programa que direciona todas as ações da Marca a partir de uma ruptura completa no cenário brasileiro: são 10 compromissos inéditos que têm como base a transparência, o cuidado, o respeito e a excelência nos serviços oferecidos ao consumidor.

O Total Care é a principal plataforma de diferenciação da Marca. Outro eixo fundamental é o Renova Peugeot: o melhor plano de fidelização e recompra do mercado. Com tranquilidade e segurança, ele garante valorização na troca de um usado da marca por um novo, com recompra de até 85% do valor da tabela Fipe, tanto para o 208 quanto para o 2008.

Câmbio EAT

A Peugeot é conhecida mundialmente pelo comportamento dinâmico exemplar de seus carros. Até por isso, os ajustes feitos nos Peugeot 208 e 2008 ano modelo 2018 visam realçar esta tradicional e prazerosa experiência de condução. Com a inclusão dos

novos câmbios AISIN de 3ª geração – para o 208 nas versões Allure e Griffé e nas versões Allure, Griffé e Crossway para o 2008 – ficam evidentes a agilidade, potência e dinamismo dos veículos.

As trocas de marchas, sequenciais, bem programadas e com escalonamento preciso, tornam-se mais rápidas, suaves, lineares e agradáveis.

O novo câmbio também é sinônimo de eficiência energética, já que apresenta ganhos de consumo na estrada. Com velocidade máxima de 196 km/h, o Peugeot 208 realiza 11 km/l na cidade, com gasolina, e 7,7 km/l com etanol. Já na estrada, 13,2 km/l com gasolina e 9,3 km/l com etanol.

O Peugeot 2008, por sua vez, tem velocidade máxima de 186 km/h e consome 10,7 km/l na cidade, com gasolina, e 7,5 km/l com etanol. Na estrada, faz 13 km/l com gasolina e 9,2 km/l com etanol. O tipo de condução pode ser personalizado a partir das quatro opções disponíveis para cada tipo de motorista ou momento específico.

O modo "Drive" é um modelo convencional, para quem mantém uma velocidade constante; o "Eco", por sua vez, representa a economia de combustível; já a função "Sport" deixa o carro mais ágil e dinâmico por elevar o giro do motor e o modo "Sequencial", que é uma alternativa para as trocas manuais.